
França

**José Carlos Marques, Pedro Góis*,
Pedro Candeias** e Bárbara Ferreira*****

*Instituto Politécnico de Leiria (IPL), Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (Pólo do IPL), Leiria, Portugal. ** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. *** Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Investigação em Ciências Sociais e Gestão (SOCIUS/CSG), Portugal. **** Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

OEm Country Reports

05

outubro de 2019

A emigração portuguesa para França tem estado presente na história nacional no último século. Os anos 60 e 70 foram marcados pela migração em massa de portugueses para França, que se transformou no principal país de destino da emigração portuguesa durante vários anos. Após a Revolução dos Cravos, mantêm-se elevados os valores quer do fluxo de entradas de portugueses em França, especialmente em mobilidades como o reagrupamento familiar e a emigração sazonal. Após a crise económica de 2007/08, a emigração portuguesa para França volta a intensificar-se, embora com valores inferiores à que se dirige para outros países europeus. A emigração para França caracterizava-se por baixos níveis de qualificação e de formação e por uma participação em setores de atividade pouco prestigiados. Porém, no século XXI começa a emergir uma maior diversidade de perfis formativos e educacionais.

Title France.

Abstract Portuguese emigration to France has been present in national history for the last 100 years. The 60s and 70s were marked by a mass emigration of Portuguese to this country, and France was the main country of destination of Portuguese emigration for several years. After the carnation revolution, France always maintains very high values regarding the flow of Portuguese entries, especially in migratory modalities such as family reunion and seasonal emigration. After the economic crisis of 2007/2008, Portuguese emigration to France intensified again, although at lower levels than in other European countries. While Portuguese emigration to this country was mostly composed of low levels of qualification and training and participation in underprivileged sectors of activity, in the 21st century, it began to assume a greater diversity of formative and educational profiles.

Palavras-chave França, emigração portuguesa para França, estatísticas oficiais.

Keywords France, Portuguese emigration to France, official statistics.

Revisto em maio de 2020. Anula e substitui o mesmo documento de outubro de 2019.

Nas publicações do OEm usa-se a formatação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de quadros e gráficos.....	4
Introdução	5
1 Contexto migratório para França	8
1.1 Contexto demográfico e socioeconómico	8
1.2 Políticas e tendências migratórias	11
2 Imigrantes portugueses em França na literatura científica	15
3 Dados estatísticos sobre a emigração portuguesa para França.....	22
3.1 Caracterização dos fluxos pós-2000	24
3.2 O stock de emigrantes de origem ou nacionalidade portuguesa	31
Notas finais	46
Referência bibliográficas.....	47

Índice de quadros e gráficos

Quadros

Quadro 1	Sumário das características sociodemográficas da população de naturalidade ou nacionalidade portuguesa que se estabeleceu em França após 2000.....	38
Quadro 2	Características sociodemográficas da população de naturalidade portuguesa que se estabeleceu em França entre 1999 e 2014	39
Quadro 3	Evolução da proporção de qualificados (ensino secundário ou ensino superior) nas entradas em 2004, 2009 e 2012, por país de nascimento (%).....	40
Quadro 4	Taxa de variação da proporção de indivíduos empregados em 2013 (2004-2012 e 2009-2012), por origem geográfica e sexo (%)	41
Quadro 5	Síntese de informação sociodemográfica dos stocks de 2011 (naturalidade e nacionalidade), de 2008 e de 1999 (nacionalidade).....	43
Quadro 6	Comparação de taxas médias de atividade, de emprego e de desemprego no período 2009-2011, da população com 15-64 anos, por país de origem (naturalidade).....	44
Quadro 7	Taxa de variação percentual das categorias socioprofissionais dos portugueses, por sexo e naturalidade (1999-2008)	44

Gráficos

Gráfico 1	Evolução das taxas de crescimento do PIB real (1970-2014) e de desemprego em França (1976-2015)	14
Gráfico 2	Entradas de estrangeiros nascidos em Portugal (2003-2013).....	37
Gráfico 3	Categoria socioprofissional dos portugueses inquiridos pelo IE, segundo o período de entrada	41
Gráfico 4	Setor de atividade dos portugueses inquiridos pelo IE (entrados entre 2000 e 2012) e pelo recenseamento de 2015 (entrados entre 1999 e 2014	42
Gráfico 5	Evolução do stock de cidadãos nascidos em Portugal ou com nacionalidade portuguesa (1999-2015)	42
Gráfico 6	Distribuição das categorias profissionais nos principais grupos de imigrantes (país de naturalidade), por sexo, Censo de 2011	45

Introdução

Os anos 60 e 70 do século XX registaram uma importante mudança nos fluxos migratórios portugueses com a alteração dos destinos predominantes da emigração nacional.¹ Os destinos além-mar foram, a partir de 1960, progressivamente cedendo lugar aos destinos do continente europeu. França assumiu-se nestes anos como um dos principais países de destino de centenas de milhares de portugueses que procuravam fugir da pobreza e da Guerra Colonial que marcaram este período da história nacional. Ali, promessas de um outro futuro pareciam mais realizáveis para os imigrantes portugueses, ainda que, frequentemente, o almejado sucesso material se iniciasse em condições habitacionais bastante precárias, nas *bidonvilles* da região parisiense, ou em bairros de habitação social das grandes cidades.

A emigração para França não era, contudo, uma experiência totalmente desconhecida da história da emigração nacional. Em 1923, por exemplo, Francisco Noronha já reconhecia no Boletim de Emigração que “começou (...) a estabelecer-se entre nós uma corrente emigratória de operários e jornaleiros para França que adquiriu volume e vulto considerável (...)” (cit. in Carvalho, 2011). As estatísticas francesas referem a entrada de 38.047 imigrantes lusos entre 1920 e 1925 e um aumento contínuo da população portuguesa durante o período inter-bélico. Em 1931, os residentes portugueses em terras gaulesas eram de 49.000 (Serrão, 1978).

O eclodir da II Guerra Mundial veio interromper a evolução positiva do fluxo emigratório português para França. A partir de meados do século XX o destino francês retomou o seu intuito positivo, transformando-se, a partir de 1962, no principal destino da emigração portuguesa. Entre este ano e 1974 o país acolheu uma média anual de 62.000 portugueses. A crise económica de 1973/74 e as medidas restritivas à entrada de novos imigrantes impostas por França vieram reduzir o volume de portugueses que se dirigiam para aquele país e alterar as características dos que o faziam. Enquanto durante o período áureo da emigração portuguesa para França o fluxo era maioritariamente composto por trabalhadores, a partir de 1973/74 passa a integrar uma componente mais significativa de migrações familiares. Na realidade, o reagrupamento familiar ou a migração de famílias inteiras não era uma experiência desconhecida antes desta data, como testemunham, por exemplo, o conjunto de

¹ O presente texto resulta, em parte, do projeto ‘Regresso ao Futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa’ (PTDC/ATP-DEM/5152/2012), coordenado por João Peixoto, beneficiando, ainda, de reflexões e discussões ocorridas no âmbito do projeto ‘Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades’ (Projeto PTDC/SOC-SOC/28730/2017), co-coordenado pelos dois primeiros autores.

fotografias tiradas por Jean Bloncourt e os dados publicados pelo Office des Migrations Internationales (OMI).² De acordo com estes dados, 35,2% do total de portugueses que entraram em França entre 1962 e 1973 foram enquadrados na categoria “membros familiares”. Entre a crise de 1973/74 e 1988, a componente familiar representou 71,6% do total do fluxo português, denotando de forma clara o efeito do reagrupamento familiar neste movimento migratório (dados cit. in Lebon, 1989). A par da alteração das características dos migrantes que se dirigem para França, assiste-se, após 1973/74, ao regresso de milhares de emigrantes portugueses, quer de forma espontânea, quer ao abrigo de dois mecanismos de apoio ao regresso criados pelo Governo Francês. O número de portugueses que aproveitou as medidas de apoio financeiro para regressar a Portugal³ foi de 52.919. A partir da análise do período intercensitário 1975-1982, Zamora e Lebon (1985), estimaram que entre 1975 e 1981 aproximadamente 145.000 portugueses terão deixado França.⁴

Os anos 80 marcam uma nova fase na emigração laboral portuguesa, caracterizada pelo desenvolvimento de novas formas migratórias, de novos destinos e por ocorrer num contexto político-institucional diferente daquele em que se registaram os fluxos de anos anteriores (Baganha & Peixoto, 1997; Marques, 2008). França deixa de ser o destino predominante da emigração nacional, acolhendo, entre 1981 e 1992, 28% dos portugueses que emigraram para um país europeu, no total de 77.006 emigrantes (dados em Baganha & Peixoto, 1997).⁵ A par desta emigração de carácter permanente, desenvolvem-se formas migratórias temporárias, como a emigração sazonal, que durante os anos 60 e 70 do século XX tinha sido pouco expressiva face ao volume da emigração permanente (937, em 1960, 4.190, em 1965 e 3.004, em 1970). Durante a década de 80, esta forma migratória adquire um maior significado, passando de 10.066, em 1980, para 14.020, em 1988 (Lebon, 1989).

As estatísticas dos fluxos de imigração em França publicadas pelo INED mostram que a emigração portuguesa para França prosseguiu durante os anos 90, de forma diminuta nos primeiros anos e, a partir de 1994, mais intensamente.⁶ Entre este último ano e o final do

² cf. <http://bloncourtblog.net/2014/07/l-immigration-portugaise.html>

³ A primeira medida destinou-se a apoiar o regresso de imigrantes e vigorou, para os portugueses, entre 1977 e 1980 e a segunda medida teve por finalidade auxiliar a integração dos imigrantes que decidiram regressar ao seu país de origem, tendo sido utilizada pelos portugueses entre 1984 e 1986 (Lebon, 1989)

⁴ A análise do período intercensitário 1968-1974, feita por Samman (cit. in Lebon, 1989), indica que durante esse período terão abandonado o território francês 220.000 portugueses, alguns dos quais possivelmente para outros destinos emigratórios europeus.

⁵ Estes dados incluem os imigrantes regularizados na sequência de operações de legalização realizadas em 1982 e 1991 (Baganha & Peixoto, 1997).

⁶ Institut National D’Etudes Demographiques.

século registaram-se 46.549 entradas de portugueses em França.⁷ O fluxo migratório com destino a terras gaulesas prosseguiu durante os primeiros anos do século XXI, registando-se, entre 2000 e 2004, 27.658 entradas.⁸ A partir desta, deixam de estar disponíveis dados desagregados de entrada para os cidadãos originários de um país da União Europeia, mas será de admitir que os portugueses continuaram a considerar França como um dos possíveis destinos para a concretização dos seus projetos migratórios. Os dados do Eurostat e do INSEE confirmam a continuação deste fluxo: os primeiros estimam que, entre 2000 e 2010, terão entrado anualmente entre 6.000 a 6.500 portugueses; os segundos, calculados a partir dos recenseamentos, avaliam o volume de entradas anuais, entre 2003 e 2012, em 11.685 indivíduos (Marques, Góis, Candeias, Ferreira, & Ferro, 2016). Os dados calculados pelo INSEE para os anos de 2012 e 2013, mostram a manutenção de um volume importante de entradas de portugueses em França com, respetivamente, 18.370 e 18.480 entradas.⁹

É sobre os emigrantes que entraram em França no decurso destes últimos anos (a partir de 1999) que incidirá parte da análise do presente texto, descrevendo-se previamente o contexto demográfico e socioeconómico francês que enquadra a emigração portuguesa para este país.

Página de França no sítio electrónico do Observatório da Emigração:

<http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=74>

⁷ Fontes: de 1994 a 1997, Xavier (2000), para 1998 e 1999, INED, Tableaux annuels des admissions, disponível em: <https://statistiques-flux-immigration.site.ined.fr/fr/admissions/>.

⁸ Fonte: INED, Tableaux annuels des admissions, disponível em: <https://statistiques-flux-immigration.site.ined.fr/fr/admissions/>.

⁹ Os valores publicados por esta entidade têm por base os inquéritos de recenseamento aplicados anualmente por amostragem. Trata-se, na realidade de médias quinquenais do período que enquadra cada um destes dois anos (2010 a 2014, para os valores de 2012 e 2012 a 2015, para os valores de 2013).

1 Contexto migratório para França

1.1 Contexto demográfico e socioeconómico

Desde o final da II Grande Guerra França tem registado um assinalável crescimento demográfico. Os 40 milhões de residentes da França metropolitana (excluindo os territórios ultramarinos) registados em 1946 evoluíram, segundo as últimas estimativas oficiais, para cerca de 64 milhões em 2016.¹⁰ O fenómeno do *baby boom* e, mais tarde, a passagem dessa geração para a idade adulta, conjugado com a quebra nas taxas de mortalidade, os repatriamentos decorrentes da Guerra na Argélia e o volume da imigração para o país, contribuiu este crescimento demográfico contínuo desde o pós-Guerra (Daguet, 1996).

Num período mais recente, a conservação de níveis de fecundidade relativamente elevados para os padrões europeus, e em tendência crescente desde 1993 devido ao adiamento da maternidade e às políticas públicas que a promovem, assim como a estabilização do peso da população com menos de 20 anos em cerca de um quarto da população total, tem permitido França contrabalançar os efeitos do envelhecimento dos *baby boomers* e augurar perspectivas mais otimistas para os próximos anos do que a maioria dos países comunitários. (cf. Pison, 2009; Prioux & Barbieri, 2012).¹¹

Em grande medida, a entrada de migrantes no país ao longo das últimas décadas encontra-se relacionada com este desempenho demográfico. As taxas de natalidade mais elevadas entre as mães de origem migrante têm contribuído para o perfil etário da França contemporânea, apesar do seu efeito marginal ao nível da fecundidade global registada de dois filhos por mulher.¹² A manutenção de um saldo migratório positivo nas últimas quatro décadas, com valores mínimos na ordem dos 35.000 indivíduos e máximos próximos dos 115.000, durante o período 1980-2016, tem contribuído para o aumento populacional através de um saldo anual médio de 66.124 indivíduos.¹³

¹⁰ De acordo com os dados disponibilizados pelo INSEE, no quadro “Composição do crescimento demográfico, França”. Nota: a população estimada para 2015 e 2016 resulta da última estimativa realizada em 2017. Dados disponíveis para consulta em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1892117?sommaire=1912926#titre-bloc-1>

¹¹ Vide também o quadro “Estimativas da população”, disponibilizado pelo INSEE em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/1892117?sommaire=1912926#titre-bloc-1>.

¹² Vide (Héran & Pison, 2007)

¹³ De acordo com os dados disponibilizados pelo INSEE, no quadro referido na nota de rodapé 9, “Composição do crescimento demográfico, França”. Nota: os valores de 2015 e 2016 baseiam-se nos dados provisórios existentes no final de 2017.

O volume total da população estrangeira a residir no território francês metropolitano aumentou, assim, 705.900 indivíduos entre 1982 e 2015, o que não deixou de representar um ligeiro decréscimo da sua respetiva proporção na população total (de 6,8% para 6,7%), explicável por um aumento mais intenso da população de nacionalidade francesa (quer por via dos nascimentos, quer através da naturalização de cidadãos estrangeiros).¹⁴ Neste sentido, a população imigrante, que inclui os indivíduos nascidos fora do país e que poderão já ter sido naturalizados franceses, revelou um aumento na ordem dos 2 milhões de indivíduos no mesmo período (1982-2015), a que corresponde um incremento do seu peso na população total de 7,4% para 9,3%.¹⁵

Do ponto de vista económico, França tem acompanhado as grandes tendências das economias ocidentais, fruto da crescente integração económica global e regional (ao nível da UE). Volvido o período de forte crescimento económico e de pleno emprego do pós-Guerra, França também sofreu os efeitos do primeiro choque petrolífero de 1973 que gerou uma crise de estagflação entre 1974-1982 (Bouvier & Pilarsky, 2008).¹⁶ A economia nacional não voltaria a apresentar taxas de crescimento tão elevadas como no período áureo anterior, em média de 5,4% ao ano. A transição desde meados da década de 1970 para uma economia pós-fordista, em que o peso do sector dos serviços suplantou o da indústria e construção, refletiu-se no abrandamento económico verificado a partir de 1980. Não obstante a desaceleração dos níveis de crescimento, França não registou um empobrecimento da sua economia, antes pelo contrário. À taxa média de crescimento de 2%, entre 2000-2007, correspondeu uma produção de riqueza de 35 mil milhões de euros ao nível do PIB, ao passo que a um crescimento de 6%, em 1959, correspondia um aumento de somente 20 mil milhões de euros.¹⁷

Por outro lado, a diminuição de ganhos de produtividade por trabalhador, atribuída à terciarização da economia, foi compensada pelo aumento do número de postos de trabalho, em especial a partir da viragem do milénio, e até à grande recessão do final da primeira década do século XXI. A criação de novos serviços, assim como a implementação de políticas de promoção do trabalho a tempo parcial e de redução dos horários de trabalho para 35 horas semanais, permitiu contrariar os efeitos do abrandamento económico, ainda que à custa da evolução salarial dos trabalhadores e do aumento do subemprego.¹⁸

¹⁴ Dados disponíveis em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2381757#tableau-Tableau1>

¹⁵ De acordo com dados disponibilizados pelo INSEE, no quadro “Recenseamentos da população”, para consulta em: https://www.insee.fr/fr/statistiques/3633212#tableau-Tableau1_radio2

¹⁶ Série de 1950-2014 disponível para consulta em: http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=0&id=159

¹⁷ Valores comparados pelo INSEE, através da harmonização das bases de contas nacionais para o ano 2000 (Clerc & Duval, 2007).

¹⁸ Vide, por exemplo, (Bouvier & Pilarsky, 2008) e (Clerc & Duval, 2007).

A economia francesa parecia ter encontrado uma fórmula para se adaptar às novas exigências do capitalismo global a partir de 2000, após um “ajustamento” que fez disparar as taxas de desemprego para valores médios de 7,5%, na década de 1980, e 9,4%, durante a década de 1990.

Durante a primeira década do ano 2000 registou-se uma redução relativa do desemprego. Mas essa melhoria duraria apenas até ao início da mais recente crise económica internacional. A taxa de desemprego média de 8,0% na década de 2000 aumentaria para 9,4% entre 2010-2015 (2º trimestre) e estabilizaria em torno dos 10% no final de 2012. Note-se que a recuperação económica intermitente que se tem vindo a verificar desde 2010 não se repercutiu de forma clara no decréscimo do desemprego. Tal pode dever-se ao facto de as taxas de crescimento de 2% em 2010 e 2011 terem retraído para taxas próximas do zero nos três anos seguintes (gráfico 1).

A melhoria ao nível do desemprego durante a primeira metade da década anterior, poderá ter tido um reflexo aparentemente positivo em termos da distribuição de rendimentos no país. Antes da crise de 2008, França era dos poucos países da OCDE que tinha apresentado uma redução do índice de Gini.¹⁹ No entanto, esta redução deriva, sobretudo, das limitações de medição deste indicador e da não inclusão dos rendimentos fundiários e de mais-valias no seu cálculo. Quando estes rendimentos são contabilizados, a diferença entre o aumento dos rendimentos dos 10% mais ricos face à restante população foi, de facto, de mais 14,6% no período 1998-2005 (cf. ONPES, 2010: 70). Tal tendência acentuou-se com a crise, como se constata pela evolução do coeficiente de Gini de 26,6, em 2007, para 30,1, em 2013, de acordo com o Eurostat.²⁰

Além do incremento das desigualdades, a crise fez, ainda, aumentar a população em risco de pobreza. Entre 2004 e 2012 registou-se um aumento de 1,3 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, i.e. que auferem 60% ou menos do que o rendimento mediano por adulto equivalente, a que corresponde uma taxa de pobreza de 14% em 2012 (cf. Observatoire des Inégalités, 2014; ONPES, 2014).

Esta deterioração social e económica reflete-se de forma diferenciada geograficamente. Alguns departamentos, especialmente no norte e nordeste do país, assim como a região Île-de-France, parecem ter sido particularmente atingidos pelos impactos da crise. Pelo contrário, as regiões de sudeste, tal como as de oeste, estão a mostrar-se mais resilientes.

¹⁹ Indicador habitualmente utilizado para medir as assimetrias de rendimentos. Mais informações [aqui](#).

²⁰ Quadro disponível no site do Eurostat, com o título “Gini coefficient of equivalised disposable income (source: SILC) [ilc_di12]”

1.2 Políticas e tendências migratórias

Até ao terceiro quartel do século XX, as políticas migratórias de França encorajaram a imigração de forma a suprir as carências demográficas e de mão-de-obra atrás assinaladas. Apesar dos programas de *guestworkers* e dos acordos bilaterais firmados com diversos países de origem dos imigrantes, os fluxos irregulares constituíam a maior fatia das entradas no país no final da década de 1960.²¹ Desta forma, os empregadores evitavam percorrer os canais burocráticos formais de recrutamento, recorrendo diretamente aos imigrantes irregulares disponíveis no mercado de trabalho francês; facto assumido politicamente como um “mal necessário” para expandir a economia nacional (Geddes, 2005: 53).

Além dos fluxos originários dos países do sul da Europa, como Itália, Espanha e Portugal, tidos como imigrantes (mais) “assimiláveis”, França recebeu um grande volume de migrantes da Argélia na sequência da independência deste país.²²

Em 1974, como resposta à crise económica, e à semelhança de outros países europeus, França inverteu a sua política ativa de recrutamento, através da limitação das regularizações de imigrantes no país, e da promoção do regresso dos migrantes.²³ Porém, a eficácia destas medidas foi reduzida, tendo, ao invés, contribuído para o aumento da população migrante através do desenvolvimento dos processos de reagrupamento familiar que passou a constituir a principal modalidade migratória no período pós-crise (Engler, 2007: 2).

Após décadas de domínio de imigrantes de origem europeia, em 1990 assistia-se ao ponto de viragem desta tendência, com cerca de metade da população migrante a provir de África (sobretudo dos países magrebinos), Ásia, ou Américas e Oceânia (idem).²⁴

A emergência e relativo sucesso do partido nacionalista de extrema-direita *Front National*, assente numa agenda anti-imigrantes, exacerbou a reação da coligação conservadora no poder para uma lógica de “imigração zero”, em particular através das famosas Leis de Pasqua de 1993 (Hamilton et al., 2004; Geddes, 2005).²⁵ Estas originaram

²¹ Em 1968, 82% dos trabalhadores migrantes tinha regularizado o seu estatuto *post facto* (Martin & Miller, 1980: 318). Em Geddes (2005: 53), esta percentagem representa 90%.

²² Cf., por exemplo, Geddes (2005: 55).

²³ Contudo, as “ajudas ao retorno” (*l'aide au retour*) foram sobretudo aproveitadas pelos imigrantes espanhóis e portugueses, e não pelos imigrantes magrebinos, principal alvo desta medida (Geddes, 2005: 55). Sobre o retorno dos portugueses, veja-se Poinard (1983a).

²⁴ Em 2005, os imigrantes de África ultrapassavam pela primeira vez os da Europa, representando 42,2% do total de imigrantes no país (Engler, 2007: 3).

²⁵ Promovidas por Charles Pasqua, Ministro do Interior do governo conservador liderado por Édouard Balladour. Contavam-se, nomeadamente, as seguintes medidas: proibição de qualificados estrangeiros de aceitarem trabalhos no país; aumento do período de espera para reagrupamento familiar de um para dois anos; rejeição de autorizações de residência a mulheres que tenham residido ilegalmente no país antes do casamento; mais poderes para a polícia

sucessivas manifestações dos “*sans papiers*”, imigrantes irregulares que se encontravam no país há vários anos sem conseguirem obter a autorização de permanência.

Depois de um período de relativo declínio dos fluxos, com menos de 70.000 entradas anuais, o final da década de 1990 assistia ao seu ressurgimento, voltando a exceder as 100.000. Paralelamente, o governo socialista francês, entretanto eleito, promulgou, em 1998, algumas leis que facilitavam as condições de entrada dos estrangeiros qualificados e estudantes, devolviam o automatismo da nacionalidade (*ius soli*), que tinha sido retirado pelas Leis Pasqua, aos filhos de imigrantes nascidos em França, e procediam à regularização de estatuto de quase dois terços dos imigrantes requerentes (Hamilton et al., 2004).

Nos primeiros anos do novo milénio deu-se uma viragem política à direita, em que se reavivaram os controlos mais estritos, principalmente em relação às entradas, ao direito de permanência dos imigrantes residentes, à elegibilidade para reagrupamento familiar e para os pedidos de asilo, entre outras medidas (Zappi, 2003; Hamilton et al., 2004).

Foi neste período, marcado por um contexto de crescente diversidade étnica e cultural em França, que se assistiu, igualmente, à reemergência das teses assimilacionistas que, na realidade, nunca desapareceram inteiramente do espaço público francês.²⁶ A discussão sobre a integração dos imigrantes, em particular dos imigrantes étnica e religiosamente “diferentes” da população autóctone, foi frequentemente enquadrada pela esquerda e direita no plano dos valores da República “una e indivisível” (Geddes, 2005). Perante a crescente visibilidade dos problemas de integração de algumas comunidades de migrantes – principalmente originárias das ex-colónias, mas também da antiga Europa de Leste, nomeadamente de etnia cigana – o discurso populista político e mediático rapidamente enfatizou a islamização do país e a perda de emprego dos autóctones, e associou os migrantes à criminalidade e a uma dissolução da identidade nacional. A proibição do uso do véu islâmico em 2004 (em escolas primeiro, mais recentemente em espaços públicos) e de orações muçulmanas nas ruas, as restrições à permanência de migrantes romenos e búlgaros, a expulsão de pessoas de etnia cigana (sobretudo originárias desses países), são alguns dos exemplos de medidas que têm efetiva e simbolicamente procurado estabelecer uma determinada ideia de integração.

Recentemente, o aumento exponencial de refugiados que tentam chegar à Europa tem gerado ainda mais tensões no seio da UE e as tentações securitárias e de restrição à livre circulação no Espaço Schengen têm vindo a ser implementadas por vários governos, incluindo o francês.

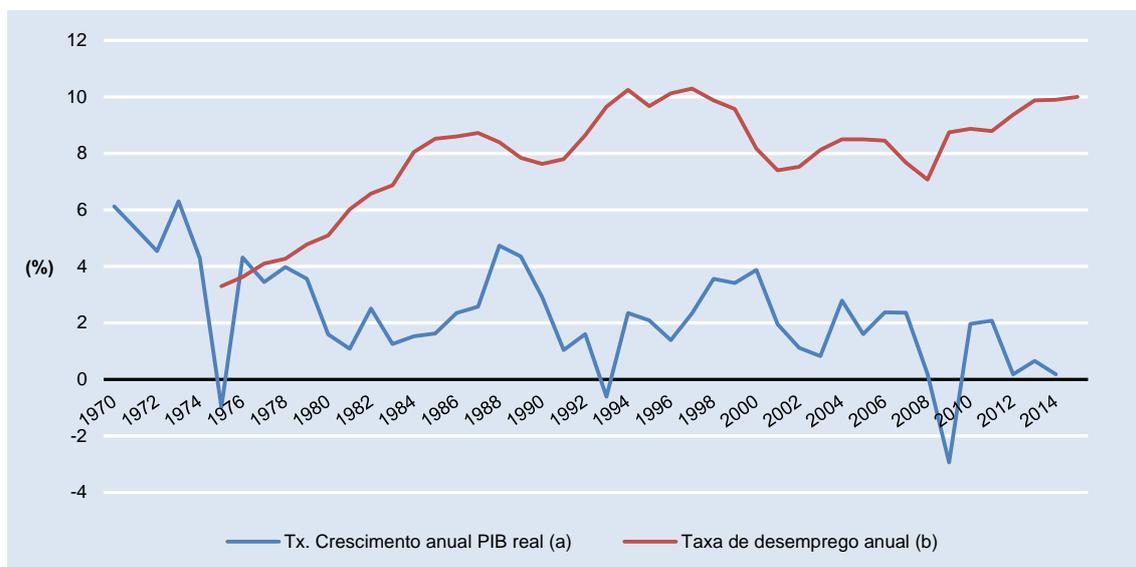
deportar estrangeiros; eliminação de oportunidades de recurso a pedidos de asilo rejeitados (Hamilton, Simon, & Veniard, 2004).

²⁶ De acordo com alguns autores, os debates sobre a imigração eram frequentemente racializados, já na década de 1980 (Geddes, 2005: 58-59).

França é um dos países mais importantes para a história recente da emigração portuguesa, em particular no período entre a Guerra Colonial e a Revolução dos Cravos. Colheu, por isso, a atenção de diversos investigadores que procuraram identificar as principais características dos imigrantes portugueses e dos desafios no novo país. O interesse neste destino parece ter-se renovado recentemente, ora por causa da retoma dos fluxos, embora ainda distantes dos volumes registados entre 1960-1980, ora pelas novas formas de mobilidade entretanto desenvolvidas, ou, ainda, pela evolução das características e práticas dos imigrantes portugueses e seus descendentes na França contemporânea. A relevância que este país tem assumido para a emigração portuguesa contribuiu para o grande volume de produção académica sobre os portugueses e lusodescendentes aqui residentes, tornando-o, provavelmente, no principal destino focado pelos investigadores desde 1980 (Candeias et al., 2014). É neste sentido que se vai desenrolar o próximo capítulo.

[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

Gráfico 1 Evolução das taxas de crescimento do PIB real (1970-2014) e de desemprego em França (1976-2015)



Nota Séries longitudinais de indicadores económicos disponibilizadas pelo INSEE. Taxa de desemprego segundo definição da OIT, disponível em: http://www.insee.fr/fr/indicateurs/ind14/20150903/sl_chomage.xls. Taxa média de crescimento anual do PIB real disponível em: <http://www.insee.fr/fr/ffc/figure/NATTEF08112.xls>

Fonte INSEE.

2 Imigrantes portugueses em França na literatura científica

Diversas problemáticas relacionadas com a emigração portuguesa têm sido abordadas ao longo das últimas décadas, em especial as relativas à ‘integração’ dos imigrantes e aos ‘luso-descendentes’ (Candeias et al., 2014). Apesar da saliência destas duas questões, diversos outros temas têm suscitado o interesse da academia. Sintetiza-se de seguida, os diferentes temas que têm merecido a atenção da comunidade científica.

Um dos principais eixos de investigação que tem sido abordado nas últimas décadas é o da caracterização do fluxo migratório português para França e da população portuguesa residente neste país (Arroteia, 1983; Branco, 2001a, 2014; Cepeda, 1995; Magalhães, 2002; Ruivo, 2001; Tavan, 2005). Outros estudos, com o mesmo tipo de fontes, circunscreveram-se a alguns territórios de destino específicos como Estrasburgo ou Rhône-Alpes (Diogo, 2009).

No campo dos trabalhos sobre a integração dos portugueses no mercado de trabalho francês existe um número considerável de estudos que apresenta esta integração numa perspetiva longitudinal (Branco, 2001b; Branco, 2013b; Cordeiro, 1999b, 2010; Magalhães, 2002; Santo, 2013), enquanto outros estudos se focaram apenas em dados mais recentes (Diogo, 2013b). Não tão frequente foi a análise aos empreendedores portugueses em França como proprietários de empresas de construção civil, agências de viagens e de distribuição (Diogo, 2013a). No que toca ao segmento qualificado do mercado de trabalho, é de referir o estudo em que foram aplicados tanto inquéritos por questionário, como entrevistas a jovens com qualificações de nível superior emigrados em França (J. T. Lopes, 2014; J. T. Lopes & Teixeira, 2014), investigação em que o foco teórico incidiu mais na Sociologia da Juventude do que no estudo das migrações.

A integração constitui uma área particularmente produtiva no conjunto das análises realizadas. Tratando-se de uma temática abrangente, engloba estudos que cobrem temas como a integração social, geográfica e residencial, dimensões do capital social ou de redes de ajuda, religião, política, saúde ou envelhecimento.

Quanto ao que é conhecido sobre a integração social dos portugueses, é de referir que, com base no inquérito por questionário do grupo Vox Populi (2010), diversas dimensões da integração social foram analisadas: desde o domínio da língua do país de acolhimento, a identidade, as redes de apoio, o associativismo, a participação eleitoral ou a avaliação da vida em França.

A invisibilidade da comunidade portuguesa em França constitui uma característica ou estratégia reconhecida por diferentes investigadores. Na dissertação de Jelen (2007), por exemplo, procurou-se comparar o desenvolvimento da visibilidade dos imigrantes magrebinos

com o desenvolvimento da invisibilidade dos portugueses no mesmo território. Numa lógica semelhante, os emigrantes portugueses, foram classificados com os “bons imigrantes” ou como uma “minoria invisível”, o que, na perspetiva de Cordeiro (1999a) assumiria uma relação com a ideologia republicana francesa e comparação com outros grupos migrantes nesse país. Numa comparação intergeracional, Hily e Oriol (1993) constaram que enquanto a primeira geração recorria a uma estratégia de invisibilidade, a segunda geração assumia uma estratégia de reconhecimento e visibilidade. Também a reflexão mais teórica de Margarido (1999) cobriu o tema da invisibilidade.

No que respeita a inserção geográfica e residencial dos portugueses, Branco (2013) analisou a inserção geográfica com base nos dados censitários de 1990, 1999 e 2009. A integração residencial foi analisada de forma comparativa entre Toronto e Paris (Brettell, 1981). Também os projetos residenciais e a sua vivência pelas mulheres foram estudados por Leite (2003). Mais específico, mas ainda no campo da integração residencial, é de referir o estudo sobre os jardins e hortas dos emigrantes portugueses (Cardoso, 2014).

Uma dimensão menos explorada no que respeita à integração parece ser a relacionada com o conceito de capital social, na sua dimensão de redes de amizade e ajuda. É conhecido o trabalho de Leandro (1993) sobre estas redes na região de Île-de-France.

Volovitch-Tavares (2009) apresentou uma reflexão teórica sobre a integração dos emigrantes portugueses em França nos anos 1960 e a sua relação com a religiosidade. Já no inquérito por questionário de Neto e Mullet (1982) foram analisados, entre outros fatores, as práticas religiosas dos portugueses.

No que concerne a dimensão política, mais concretamente a participação eleitoral, Strudel (2004) analisou as taxas de participação eleitoral dos portugueses no destino. Num outro estudo, Ghemmaz (2005) analisou a invisibilidade da participação política dos portugueses de forma comparativa, entre França, Bélgica e Luxemburgo. Posteriormente, numa versão mais aprofundada, a análise circunscreveu-se ao voto para as eleições europeias. Cordeiro (2004) também analisou a participação política dos portugueses de forma comparativa com outros países de destino. Cordeiro (2001), num outro estudo, apresentou a dualidade da participação política portuguesa: por um lado, o reduzido interesse por parte dos portugueses nas eleições locais e, por outro, os portugueses presentes nas listas de candidatos às eleições autárquicas. Os autarcas de nacionalidade ou origem portuguesa viriam posteriormente a ser analisados por Branco (2013a).

Respeitante à relação dos portugueses com o sistema de saúde francês, o inquérito por questionário de Hamel e Moisy (2013) procurou conhecer a sua autoavaliação do estado de saúde, a procura por serviços de saúde, a perceção de discriminação nos serviços de saúde, bem como a relação dos lusodescendentes com estes serviços.

Dado o longo historial da emigração para França, um dos temas também estudado é o do envelhecimento, como a investigação conduzida por Almeida (2008), em que analisou beneficiários de prestações sociais com naturalidade portuguesa. Neste estudo – com dados de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra de beneficiários do regime de segurança social francês, com idades entre os 45 e 70 anos, nascidos fora de França – foram analisadas questões sobre o envio de remessas, a trajetória migratória, o percurso profissional, a situação familiar, saúde, redes de ajuda, religião e a participação. Branco (2004) analisou os registos censitários de 1990 e 1999 para traçar um perfil dos portugueses em França, igualmente com ênfase nos problemas do envelhecimento.

Por fim, são de referir alguns estudos de orientação mais qualitativa, numa perspetiva do ciclo de vida (*life course*), nomeadamente por Brettell (1990), que apresentou retratos de emigrantes portugueses, ou Magellan (2009), que analisou histórias de vida contadas pelos seus descendentes.

Relativamente a estudos sobre a dimensão da cultura e da identidade dos portugueses, Charbit, Hily e Poinard (1997) cunharam o termo *vai-e-vem identitário* para classificar o que consideram um novo modelo de presença estrangeira que combinava fortes laços comunitários, uma forte ligação com a origem e a manutenção de uma identidade cultural forte quando estabelecidos no país de destino. Posteriormente, Cordeiro (1999b) viria a estudar esta relação entre a cultura de origem e a cultura do país de destino. Outra dimensão explorada, no que concerne a cultura, foi a das festividades dos portugueses numa perspetiva dinâmica, em que deixaram de ser organizadas exclusivamente para a comunidade, para serem abertas aos “outros” (Silva, 2000). Chevalier (2003) viria também a estudar as festividades e o folclore na região de Paris. Ainda no que respeita aos estudos sobre a cultura e identidade dos portugueses, é de referir que, através do método comparativo, Camilleri (1992) contrapôs os portugueses aos magrebinos no que diz respeito à organização familiar nos seguintes âmbitos: valores, vida em casal, relação entre pais e filhos, e inserção residencial.

Também ao nível teórico têm sido produzidos vários trabalhos em torno dos lusodescendentes (Barre, 2003; Muñoz, 1999; I. S. d. Santos, 2003; Zonabend, Henriette, & Anibal, 2003). Diversos estudos na área da Psicologia têm vindo a debruçar-se sobre este grupo em concreto: a adaptação psicossocial dos jovens portugueses em França (Neto, 1985); a relação entre indicadores de satisfação com a vida e atitudes aculturativas e de ansiedade social (Neto, 1995); estereótipos de género, em que o efeito da emigração é testado comparando crianças lusodescendentes com crianças portuguesas (Neto, 1997), e ainda, as representações dos jovens franco-portugueses face à emigração dos pais, estudadas por Santos (2005c).

No campo dos estudos antropológicos é de referir a dissertação de Santos (2010), em que foram analisadas as questões da memória em contexto migratório com base em histórias de vida e nas idas e voltas entre Portugal e França, bem como no movimento associativo no

destino. Estes temas tinham sido já previamente tratados em trabalhos de menor porte pela autora (2005b). Alguns rituais como as visitas a casa e os rituais de casamento foram estudados através de etnografias multisituadas (2005a). No campo das políticas do Estado português para com os lusodescendentes, Santos (2007) argumentou que esta visa a construção de uma consciência e identidade nacional diaspórica.

A relação entre o Estado português e o movimento associativo e, como o primeiro investe na classificação dos lusodescendentes como uma extensão da nação, foi analisada de forma comparativa entre França e Brasil por Santos e Silva (2009). O associativismo cultural dos lusodescendentes também já tinha sido analisado previamente no artigo sobre um grupo de teatro (Rocha-Trindade, 1986).

No que toca aos estudos sobre a relação entre os lusodescendentes e o sistema de ensino é de referir o trabalho em que, através de métodos quantitativos, Neto e Mullet (1982) avaliaram o desempenho escolar dos lusodescendentes. Posteriormente, Neto e Gonçalves (1985) exploraram a adaptação escolar desde grupo, com foco nos fatores explicativos de uma melhor adaptação escolar, e avançaram com propostas de intervenção. O fenómeno foi ainda justificado com base nos estereótipos existentes dos portugueses no país, que conduziria a uma vergonha em admitir a origem portuguesa entre os lusodescendentes (Barreno, 2003). Na mesma temática, mas com orientação metodológica distinta, o trabalho de Leandro e Rodrigues (2007) sobre as estratégias educativas das famílias portuguesas procurou conhecer, com base em entrevistas aos alunos e a pais, os fatores relacionados com o desempenho escolar dos lusodescendentes.

Existem também alguns estudos comparativos que têm procurado analisar características dos lusodescendentes em distintos países. A identidade, os projetos individuais e familiares dos lusodescendentes foram estudados em França e na Alemanha por Leandro (2003). A dimensão sociocultural dos lusodescendentes em França e nos EUA foi analisada por Leal & Frias (2003). Também a condição da invisibilidade dos lusodescendentes e a sobrevisibilidade dos imigrantes magrebinos foi comparada por Pingault (2004). Por outro lado, a questão da invisibilidade dos jovens de origem portuguesa já tinha sido estudada por Cunha (1984).

Alguns dos estudos sobre os lusodescendentes circunscrevem-se a zonas específicas do país. Assim, no estudo setorial de Leandro (1990, 1998) foram estudados os jovens na zona de Paris, enquanto Bouzama e Neves (1994) estudaram os jovens portugueses na cidade de Saint-Martin d'Herès. Neste trabalho, foi demonstrada a importância da família e da comunidade para a integração social e profissional dos lusodescendentes, bem como para a construção da sua identidade portuguesa.

Por fim, para terminar a secção dedicada aos trabalhos sobre os lusodescendentes, é de referir um artigo dedicado à mobilidade social intergeracional protagonizada pelos

lusodescendentes realizado por Echardour (1996). Em comparação com a primeira geração, os mais jovens apresentaram uma escolaridade mais elevada e maior empregabilidade. A relação dos lusodescendentes com o sistema de saúde foi também analisada através de metodologias quantitativas (Hamel & Moisy, 2013) e ainda, no que toca ao regresso dos lusodescendentes a Portugal, as motivações para o regresso foram analisadas através de uma tipologia de retorno por Afonso (2003).

Os estudos aqui classificados como pertencendo à área da sociolinguística, podem ser divididos entre aqueles que tomam como objeto de estudo os portugueses em França, no geral, e aqueles que se circunscrevem ao grupo dos lusodescendentes, em específico. Quanto aos estudos que se dedicam às competências linguísticas dos portugueses em França é de referir o artigo de Neto e Mullet (1982) em se estudou a autoavaliação no domínio da língua francesa. Foi também trabalhada a questão da manutenção da língua portuguesa em contexto migratório, e como esta não seria um fator dificultador na aprendizagem da língua dominante na sociedade de acolhimento, nem impediria uma integração bem-sucedida (Villanova, 1985). No grupo dos lusodescendentes, o estudo de Koven (2013) procurou conhecer como estes interpretam as suas práticas de linguagem e as suas identidades em relação a modelos de linguagem e de identidade da sua sociedade de origem. Na relação entre o retorno e as práticas linguísticas, Cabral (2003) analisou o bilinguismo em lusodescendentes que abandonaram França, tendo sido traçados três perfis de estratégias linguísticas. Foram ainda aplicados testes de competência linguística a descendentes de emigrantes em França (Martins, 2008).

Diversas componentes do transnacionalismo imigrante têm sido estudadas com base nos portugueses em França. Entre as que dizem respeito às relações que os portugueses em França mantêm com Portugal, é de referir a importância do futebol para a emigração portuguesa, analisada por Pereira (2010), em que defende a tese de que este desporto faria parte da identidade nacional da comunidade de emigrantes no país. Esta característica dos portugueses seria ainda comparada com a dos argelinos (Pereira, 2012). Grande parte dos trabalhos recenseados sobre o transnacionalismo diz respeito às deslocações físicas e concretas dos portugueses. No que respeita às visitas a casa, Castro-Almeida (1989) referiu os movimentos frequentes de vaivém entre os dois países. Posteriormente, Villanova (2004) argumentou que os portugueses foram os pioneiros nas práticas de vaivém em viagens a casa. A relação do transnacionalismo e a migração de retorno foi analisada por Cordeiro (2002) que argumentou a transformação de uma migração que contemplava um retorno para uma migração transnacional, em que as visitas ao país de origem seriam realizadas com alguma periodicidade.

Muito estudado é o tema das casas dos emigrantes em Portugal, tanto em termos da organização do espaço (Silvano, 1990), bem como o modo como os projetos residenciais foram vivenciados pelas famílias portuguesas e, em especial, o papel das mulheres nestes projetos

(Leite, 1998, 2003). Já Lopes (2002) abordou a “portuguesidade” das casas dos emigrantes e as críticas que eram apontadas a estas habitações. Ainda no que toca às casas dos emigrantes é de referir o trabalho de Castro (2001) e o estudo da situação de dupla residência dos portugueses de Villanova (2006). No campo das relações entre os emigrantes e os portugueses residentes, o estudo de Castro (2008), circunscrito geograficamente ao concelho de Melgaço, analisou as relações de conflito entre os dois grupos. Por fim, é de referir que, no já citado inquérito por questionário levado a campo pelo grupo Vox Populi (2010) foram tratados temas como as visitas a casa, o consumo de produtos portugueses e a utilização de novos media para comunicar com Portugal.

Os estudos conhecidos sobre o retorno dos portugueses em França foram divididos em dois grupos: aqueles que abordam a questão com os emigrantes no país de destino e aqueles focados nos que regressaram. No primeiro grupo, é de referir que foram estudados os projetos de regresso dos emigrantes portugueses em França (Neto, 1984). Quanto ao grupo específico dos lusodescendentes, Torrado (2012) inquiriu os filhos de portugueses que regressaram proactivamente, tendo sido analisadas as motivações para o retorno, a sua inserção em Portugal, bem como as suas práticas linguísticas, sentimento de discriminação e identidade. No que toca às intenções de regressar por parte dos lusodescendentes é de referir o estudo de Neto (1998). Centrando a análise nos imigrantes reformados, Santos e Wolff (2010) testaram preditores para a intenção de retorno, comparando imigrantes italianos, espanhóis e portugueses. O estudo de Portela e Nobre (2001) dedicou-se aos emigrantes que regressaram de França (com 55 anos ou mais). Neste trabalho foram estudados os motivos para o regresso, as ocupações e atividades pós-regresso, os papéis sociais assumidos e o impacto social deste mesmo retorno. A questão do retorno *versus* migração definitiva já tinha sido abordada por Magalhães (2002) e também por Sordia (2009), em que o retorno é abordado na perspetiva do constante adiamento e da substituição por um vaivém entre os dois países.

No que se refere ao segundo grupo de estudos sobre o retorno, dedicados a regressos efetivos, Poinard (1983a) efetuou uma análise geográfica e demográfica de emigrantes regressados com base em dados administrativos. Referem-se alguns estudos de caso sobre o retorno, que aprofundaram o tema, nomeadamente no concelho de São João da Madeira (Santos, 1992), na freguesia de Pinela em Bragança (Portela e Nobre, (2001), ou na região do Gerês, do período de 1984-1987 (Silva, (1991). Um último tópico focado nos estudos sobre o retorno foi a reintegração social dos regressados, tema estudado por Antunes (1981) e também por Poinard (1983b), que criou uma tipologia de (ex)emigrantes com enfoque nas questões da reinserção na sociedade portuguesa.

Entre os trabalhos identificados sobre o associativismo dos portugueses em França, encontram-se alguns trabalhos mais generalistas (Barre, 1997; Cravo, 1995; Dias, 1984, 1990). No que respeita a estudos mais específicos, o associativismo laboral, mais concretamente, o

sindicalismo, foi estudado por Lopes (1993) numa análise que contemplava outros grupos imigrantes no mesmo país de acolhimento. Numa análise às associações de emigrantes, Hily e Poinard (1985) argumentaram que estas cumpriam como principal função acompanhar os emigrantes na adaptação ao ambiente da vida cidadina de França, especialmente no caso dos oriundos de zonas rurais. Refere-se ainda o estudo de caso que se baseou no recenseamento do movimento associativo na área Consular de Lyon (C. Ferreira, 1999). Com enfoque na mesma região, a investigação de Diogo (2012a) dedicou-se ao contributo dos emigrantes portugueses para a “paisagem multicultural”, que se baseou na inquirição de responsáveis de associações. Numa lógica comparativa, o associativismo português em Lyon foi também confrontado com o da zona de Toronto (Diogo, 2012b).

No campo dos estudos sobre os media é de referir a etnografia multisituada que acompanhou a realização do documentário "Esta é a minha casa", protagonizado por um casal de emigrantes em Paris que viajou a Trás-os-Montes nas férias (Silvano, 2002, 2005). Alguns *outputs* resultantes deste trabalho enfatizaram a componente identitária e da casa (Silvano, 1997), a identidade e hospitalidade (Silvano, 2004), ou o processo de construção identitária e cultural (Silvano, 2008). Ao nível do estudo dos media para migrantes, é de referir os artigos de Cunha (2001, 2002) sobre um programa de rádio dirigido a portugueses em França, sobre a programação da RTP Internacional (Cunha, 2004), e ainda, um artigo sobre a caracterização de programas de rádio e TV dirigidos aos portugueses em França (Cunha, 2003). No campo dos novos media, os blogs de lusodescendentes foram analisados com recurso a métodos de análise de conteúdo, de modo a melhor compreender os seus discursos e o modo como se apresentam aos outros na perspetiva do interacionismo simbólico (Cunha, 2008). A conjugação de uma análise a blogs em conjunto com alguns eventos e grupos de Rap de origem portuguesa foi ensaiada por Fernandes (2007). No âmbito do estudo dos media, é, também, relevante o estudo sobre as representações dos media sobre os portugueses em França e sobre os cabo-verdianos em Portugal, em que o *corpus* empírico consistiu em peças dos jornais *Le Monde* e *Le Parisien* (Carvalho, 2008).

Nos estudos de género, foi estudada a questão da presença das mulheres na comunidade e a identidade dos portugueses em comparação com os migrantes magrebinos (Cordeiro, 1993). Com a ênfase na migração de retorno, Sardinha (2010, 2011) estudou, com base em entrevistas, a reintegração e identidade de mulheres regressadas a Portugal de França e do Canadá.

3 Dados estatísticos sobre a emigração portuguesa para França

Historicamente, o auge da emigração lusa para França dá-se no dramático contexto da década de 60, quando Portugal começa a participar de forma cada vez mais intensa no processo de transferência de mão-de-obra dos países do Sul da Europa para os países industrializados da Europa. Inicia-se então um período emigratório que Joel Serrão designa por “ciclo francês” (citado em E. d. S. Ferreira, 1976: 105), dada a predominância que a emigração para França assume neste período. Entre 1962 – ano em que França surge pela primeira vez como principal destino da emigração portuguesa²⁷ – e 1973, saíram de Portugal com destino aos outros países europeus cerca de um milhão de pessoas, a uma média anual de 85.523 saídas. França absorveu, neste período, 81,7% dos portugueses que se dirigiram para a Europa (dados em Baganha, 1994: 975). Este fluxo intraeuropeu viria a ser interrompido com a crise económica do início dos anos 70, a qual foi acompanhada pela redução da procura de mão-de-obra nos países industrializados da Europa e pela consequente implementação de políticas de imigração restritivas destinadas, quer a diminuir a entrada de estrangeiros, quer a promover o regresso daqueles que já residiam no interior das suas fronteiras (Marques, 2009).

O quadro económico e político desfavorável influenciou decisivamente a diminuição do volume emigratório português que, entre o final dos anos 70 e meados dos anos 80, nunca deverá ter ultrapassado as 30.000 saídas anuais (Baganha & Peixoto, 1997: 16), apesar de neste período ter continuado a existir um forte potencial migratório, e de milhares de “retornados” das ex-colónias portuguesas terem entrado em Portugal, sobretudo entre 1974 e 1976 (Marques, 2008).²⁸

A partir de meados da década de 80 assiste-se ao ressurgimento da emigração portuguesa (no contexto do “clube” da CE – posterior UE – dos seus acordos e da circulação no seu interior) marcado, sobretudo, pela alteração do contexto institucional em que esta se processa e pelo surgimento de novas formas de emigração, novos destinos migratórios e a alteração da sua importância relativa. Assim, entre 1985 e 1991, França acolheu 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes.²⁹

²⁷ Se não se considerar a emigração não oficial, a França constitui-se como o principal destino um ano mais tarde, em 1963.

²⁸ Segundo dados apresentados por Pires (2003: 200), o número de retornados foi de 471.427.

²⁹ Cálculos com base nos dados apresentados por Baganha e Peixoto (1997), numa demonstração da alteração estrutural da hierarquia de destinos migratórios (Marques, 2008).

A partir dos anos 80, os dados relativos ao stock de portugueses a residir em França, captados pelos recenseamentos, parecem confirmar a redução da importância do destino francês para novos emigrantes portugueses, pese embora o facto de existir um volume significativo de emigrantes no país. Assim, em 1982 residiam em França 767.304 cidadãos portugueses, valor que passa para 649.714, em 1990, e se reduz para 492.527 em 2008.³⁰ Este decréscimo pode, contudo, resultar em simultâneo da efetiva redução de entrada de portugueses em território francês e da aquisição da cidadania francesa por uma parte significativa dos emigrantes portugueses. Esta última razão encontra suporte no facto de, em 2008, a diferença entre os mononacionais portugueses e os nascidos em Portugal ser de 114.074 pessoas,³¹ indiciando que uma parte significativa dos emigrantes portugueses deixou de ser contabilizada como estrangeira pelo facto de ter adquirido a nacionalidade francesa (vide, por exemplo, Branco, 2013). Dados mais recentes corroboram esta hipótese, pois de acordo com o Eurostat,³² o total de residentes nascidos em Portugal ascendia para 617.236, dos quais quase 195.000 têm nacionalidade francesa, 421.526 têm nacionalidade de outro país comunitário (Portugal ou outro) e 765 têm nacionalidades de países terceiros (Marques et al., 2016).

Por outro lado, a evolução do stock a partir da segunda metade da década passada indica uma recrudescência dos fluxos de origem portuguesa, designadamente entre 2005-2009, segundo dados da OCDE,³³ e entre 2008-2011, segundo dados dos Censos disponibilizados pelo INSEE. O fluxo captado através dos Inquéritos Anuais de Recenseamento do INSEE entre 2003 e 2013, comprova essa tendência crescente antes da crise, e de forma mais acentuada, depois da intervenção da *Troika* (gráfico 2). Entre 2012 e 2013 verifica-se uma relativa estabilização do volume total de entradas de portugueses.

Estes dados demonstram que França entrou de novo no ciclo de circulação e emigração dos portugueses. Apresenta-se então na próxima secção uma tentativa de caracterização dos fluxos recentes, a partir de dados sobre o stock residente que chegou a França no período pós-2000.

³⁰ Dados extraídos da base de dados sobre migrações internacionais da OCDE (<http://stats.oecd.org/>) (accedida a 21 de março de 2014).

³¹ Segundo a OCDE, o número de residentes em França nascidos em Portugal era, em 2008, de 606.601 (idem).

³² A partir de dados do Censo francês de 2011.

³³ Segundo esta fonte, em 2009 o total de portugueses em França era 497.642 e o total de naturais de Portugal 614.217, revelando uma taxa média de crescimento de 1,4% e de 3,8%, respetivamente, no período referido (<http://stats.oecd.org/>)

3.1 Caracterização dos fluxos pós-2000

Apesar da escassez de dados referentes à caracterização dos fluxos de cidadãos comunitários, algumas fontes permitem aferir algumas características gerais dos portugueses, ou indivíduos nascidos em Portugal, que entraram em França após 2000.

As médias de entrada anuais de portugueses, ou de naturais de Portugal, entre 2000 e 2010, situa-se respetivamente entre 6.000 e 6.500 indivíduos, de acordo com o Eurostat, o que não diverge consideravelmente da média registada pelo INED (autorizações de permanência concedidas pelo Ministério do Interior) nos primeiros anos da década passada (2000-2003). A média deste período não reflete, contudo, o aumento de fluxos ocorrido já no contexto de crise na Zona Euro. Dados do INSEE derivados dos inquéritos anuais de recenseamento revelam quase o dobro das entradas no período 2003-2013 (gráfico 2), com 12.303 entradas anuais de naturais de Portugal. Se forem contabilizados somente os últimos três anos disponíveis (2011-2013), a média ultrapassa as 17.200 entradas. A análise efetuada por Brutel (2014), com base na mesma fonte, mas não incluindo o ano de 2013, mostra que as entradas de novos imigrantes de origem portuguesa e espanhola praticamente duplicaram entre 2009 e 2012. Estes dois países são, juntamente com Itália, responsáveis por mais de metade do aumento de fluxos europeus no período referido, com um crescimento da taxa média anual de 12% desde 2009 (Brutel, 2014: 2).

Também os registos de destacamento de trabalhadores originários de Portugal permitem identificar mais de 110.000 pedidos entre 2009-2013, o que totaliza uma média anual de 22.091 processos de destacamento.³⁴ Entre 2014 e 2016, a emissão de certificados de destacamento aumentou para 29.682. Estes dados indicam que, para além dos fluxos de natureza mais permanente, existem movimentos temporários de trabalhadores portugueses para França necessários de ponderação aquando da análise da migração portuguesa para este país.

O quadro 1 apresenta o sumário dos dados estatísticos referentes à população que chegou a França a partir de 2000, com base nas seguintes fontes:

- Eurostat (dados do Censo de 2011): indivíduos estabelecidos no país entre 2000-2010 e inquiridos no Censo de 2011, com ambos os critérios – nacionalidade e naturalidade – disponíveis. No caso do critério nacionalidade, aplica-se também aos que nunca viveram

³⁴ Através da emissão de certificados E101(2008-2009) e PDA1 (desde 2010) pelos centros distritais da Segurança Social dos países de origem e divulgados pela Comissão Europeia. Cf. CE (2011; 2012 e 2014). Note-se que estes dados não discriminam a nacionalidade/ naturalidade dos requerentes e também não existe a confirmação de que o requerente do certificado foi efetivamente destacado para o país solicitado.

fora do país, i.e. nascidos em França. Estas bases de dados encontram-se disponíveis na plataforma Census Hub;³⁵

- INED (dados do Ministério do Interior): autorizações de permanência concedidas a portugueses entre 2000 e 2003. A razão para apenas estes anos terem sido tratados prende-se com a aplicação da diretiva 2004/38/CE (Comissão Europeia), de 29 de abril de 2004, mediante a qual deixou de ser necessário os cidadãos comunitários requererem ao Ministério do Interior a autorização de permanência no país para períodos iguais ou superiores a um ano. Por esse motivo, o INED deixou de apresentar os registos de fluxos desagregados por nacionalidade após 2003, originários da Base de dados do Ministério do Interior (AGDREF);
- INSEE (Inquéritos ao Emprego, 2012): indivíduos naturais de Portugal, estabelecidos em França entre 2000-2012, mediante Inquéritos ao Emprego referentes ao quarto trimestre de 2012. Os dados dos Inquéritos ao Emprego derivam dos questionários aplicados pelo INSEE a uma amostra constituída aleatoriamente, por método aureolar. Anualmente são inquiridos todos os membros com mais de 14 anos dos 67.000 agregados familiares selecionados para amostra;³⁶
- Brutel (2014) (dados do Censo 2013): indivíduos nascidos em Portugal que entraram no país em 2012, e que foram inquiridos no Censo de 2013. Este relatório resulta de análises conduzidas aos inquéritos anuais de Recenseamento (2005; 2010; 2013) que, desde 2004, passaram a incluir questões relativas ao ano de chegada dos imigrantes.³⁷ Apesar da informação disponibilizada ser ainda reduzida, em particular a que se refere aos Censos de 2005 e 2010, permite uma caracterização preliminar dos fluxos da população natural de Portugal que se estabeleceu no país em 2004, 2009 ou 2012 (no quadro apresentam-se apenas os dados relativos a estes últimos).

Os dados do recenseamento disponibilizados pelo INSEE contêm uma variável que permite conhecer o período de entrada em França. Esta informação encontra-se agrupada em períodos que não permitem conhecer o número dos que entraram após o ano 2000, ou os que entraram em anos mais recentes. O último agrupamento desta variável refere-se aos que entraram em França após 1998, incluindo, no caso do recenseamento de 2015, os que entraram entre 1999

³⁵ Aceder em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/population-and-housing-census/census-data/2011-census>

³⁶ Para uma leitura mais aprofundada da evolução histórica dos métodos e conceitos aplicados no Inquérito ao Emprego, vide “Sources et méthodes – Enquête Emploi en continu”, disponível em: http://www.insee.fr/fr/methodes/sources/pdf/methodologie_emploi_continu.pdf

³⁷ Os métodos utilizados pelo INSEE, estão explícitos neste documento de apoio: http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/F1403.pdf

e 2014.³⁸ A partir destes dados é possível completar a informação relativa à caracterização dos imigrantes portugueses que chegaram a França a partir do último ano do século XX.

A informação apresentada no quadro 2 não difere substancialmente da apresentada no quadro anterior, e em particular, da que resulta dos dados do Inquérito ao Emprego ou do recenseamento de 2013.

3.1.1 Caracterização sociodemográfica dos fluxos

A emigração pós-2000 continua a ser mais masculina, mas essa tendência parece ter-se atenuado ao longo da década passada, dado que o rácio de homens baixou dos 61%, registados entre 2000-2003, para cerca de 56%, atendendo à informação disponibilizada, para 2000-2010 (Eurostat) e 2013 (Brutel, 2014), ou para 54% segundo a informação relativa aos que entraram entre 1999 e 2014. Ao nível do perfil etário, destaca-se a juvenilização dos fluxos operada ao longo da década passada e visível na comparação do seu peso relativo em 2000-2003 (8%) e no período 2000-2010. Tal leva a crer que mais indivíduos entraram em França com filhos menores a partir de 2004, o que é corroborado pelos dados do Censo de 2013, em que os menores de 17 anos têm um peso de 25% nos cerca de 18.000 naturais de Portugal que entraram e se estabeleceram no ano anterior (Brutel, 2014). Também os dados do Censo de 2015, relativos aos fluxos registados entre 1999 e 2014, indicam a presença de uma proporção importante de jovens (19%), embora a níveis inferiores dos mencionados nos dados compilados por Brutel (2014).

Observa-se, ainda, uma maior proporção da população com menos de 30 anos nos indivíduos de nacionalidade portuguesa recenseados em 2011 (65%), por comparação com os naturais de Portugal (52%). Esta diferença é dissipada quando se confronta apenas o peso relativo dos menores, o que leva a crer que os jovens nascidos em França que mantêm a mononacionalidade portuguesa até, pelo menos, aos 18 anos, desempenham um papel importante no desequilíbrio observado.

Um eventual aumento das entradas da população com mais de 50 anos pode ser equacionado com muita prudência, dado que os únicos dados minimamente comparáveis por

³⁸ Atendendo que, segundo o INSEE, o período de recenseamento ocorre entre Janeiro e Fevereiro, foram excluídos da base de dados os registos relativos a 2015 (dados disponíveis em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/3625223?sommaire=3558417>). Os dados utilizados nesta seção referem-se aos imigrantes de nacionalidade portuguesa que entraram em França entre 1999 e 2014 e que se encontravam no alojamento inquirido no mesmo período de anos. No recenseamento francês a população imigrante refere-se a pessoas estrangeiras à nascença e nascidas no estrangeiro e que vivem em França no momento do inquérito. A aplicação destes critérios à população de origem portuguesa inquirida no âmbito do recenseamento francês, permite isolar 123.011 portugueses que chegaram a França nos últimos 15 anos.

esse critério são os do INED (2000-2003) e Eurostat (2000-2010). Os últimos apontam, de facto, para uma maior proporção de entradas nessas idades na década (7,8% contra 6,4% no período 2000-2003).³⁹ A diferença é mais ligeira se comparada com base no critério da naturalidade. Os dados do Inquérito ao Emprego (IE, 2012), por sua vez, apresentam um peso notável da população nascida em Portugal com 50-64 anos que entrou entre 2000 e 2012 (10,2%), porém estes valores são apenas indicativos, devido à limitada dimensão da amostra (N=186). A informação sobre os que entraram entre 1999 e 2014, permite notar que o grupo etário em questão assume alguma relevância nos fluxos migratórios recentes, sendo responsável por 12,0% das entradas de naturais portugueses.

Outro aspeto que deve ser referido concerne a composição mista dos fluxos com nacionalidade portuguesa, integrando indivíduos originários dos PALOP (Angola e Cabo Verde) ou do Brasil. Os dados do Eurostat permitem identificar perto de 2000 indivíduos naturais de Angola, 3000 naturais de Cabo Verde e 2000 naturais do Brasil que entraram em França a partir de 2000 com nacionalidade de algum Estado-membro da UE (Marques et al., 2016).⁴⁰ Pode-se inferir que uma parte substancial deste volume corresponderá a cidadãos com nacionalidade portuguesa, visto Portugal ser o seu principal destino na Europa, mas é improvável que esta situação represente a totalidade dos casos. Hipoteticamente, caso estes imigrantes nascidos em Angola, Cabo Verde e Brasil apresentassem nacionalidade portuguesa e tivessem chegado a França após 2000, representariam respetivamente 2,8%, 4,4% e 3% do fluxo de portugueses contabilizado neste período. Os dados detalhados do recenseamento populacional de 2015, permitem confirmar a importância das migrações secundárias no cômputo dos imigrantes portugueses residentes em França. Dos 133.053 cidadãos portugueses que entraram no país entre 1999 e 2014, 7.883 (5,9%) nasceram num país africano (que não a Argélia, Marrocos ou Tunísia) e 2.148 nasceram num outro país não comunitário e não africano.

3.1.2 Níveis de escolarização

Os níveis de escolarização dos emigrantes nascidos em Portugal evoluíram positivamente na última década, com base nos dados constantes em Brutel (2014). O peso dos qualificados, que aqui inclui a população com ensino secundário completo (12º ano), cresceu acentuadamente

³⁹ Se forem excluídos do cálculo os maiores de 85 anos, cujos dados são pouco fiáveis, segundo o Eurostat.

⁴⁰ É o exercício possível, na medida em que a plataforma da Eurostat não permite isolar o país de nascimento e a nacionalidade simultaneamente). O exercício consiste nas opções: Residência (França); País de nascimento (Angola, Cabo Verde; Brasil); Nacionalidade (de outro Estado membro da UE, que não o país de residência). Esta opção inibe a ativação do filtro para o período de chegada, pelo que diz respeito ao stock integral recenseado em 2011.

entre 2004-2012 e, embora em menor grau, também entre 2009-2012. Portugal é, de longe, o país de origem que mais se destaca pelo aumento das qualificações dos emigrantes neste período (quadro 2). Ainda que se registre esta melhoria relativa, os emigrantes naturais de Portugal apresentam um perfil educacional ainda muito pouco qualificado, pois 56% dos que emigraram em 2012, com 16 ou mais anos, não concluíram o 9º ano de escolaridade. Este valor representa mais do dobro da média registada para os emigrantes nascidos na Europa, que se situa em 24%, e também da média registada para a totalidade dos países de origem (27%). Os emigrantes qualificados com grau de ensino superior, por sua vez, não ultrapassam os 14%, a que se somam os 13% com o Ensino secundário completo.

Estes dados mostram que o perfil dos emigrantes de origem lusa continua a demonstrar um maior peso dos menos qualificados em 2012, apesar das melhorias identificadas nos últimos anos. Este perfil só encontra paralelo nos emigrantes oriundos da Turquia, de acordo com os dados disponibilizados no relatório de Brutel (2014).

O Inquérito ao Emprego (2012) que, recorde-se, consiste numa amostra reduzida de apenas 186 indivíduos naturais de Portugal que chegaram a França após 2000, apresenta uma proporção inferior dos menos qualificados do que o Censo de 2013 (49% contra 56%, respetivamente), mas indica maior pessimismo relativamente ao peso dos qualificados (Ensino Superior). Dois fatores poderão ter-se combinado para esta diferença. Por um lado, a reduzida amostra do Inquérito ao Emprego, em que variações individuais assumem um peso extraordinário que não surgiria numa amostra de maior dimensão. Por outro lado, o Inquérito ao Emprego apresenta as taxas médias de escolarização para todo o período 2000-2012, ao contrário do Censo de 2013. A informação relativa aos que entraram entre 1999 e 2014 aproxima-se da percentagem de menos qualificados identificada no Inquérito ao Emprego (57,9%) e situa a proporção de qualificados sensivelmente a meio entre os dados do Censo de 2013 e os do Inquérito ao Emprego, ao apontar para uma percentagem de detentores de formação superior de 9,0%. Os detentores de formações intermédias representam 20,4% dos que entraram no período referido.⁴¹

Os dados sobre a qualificação académica dos fluxos pós-2000 parecem sugerir que a recente crise em Portugal potenciou uma polarização dos fluxos, no que se refere às qualificações dos emigrantes, combinando a saída massiva de portugueses com menos escolaridade, à saída em menor escala dos que têm mais qualificações académicas. Ao invés, no período antecedente à crise, tenderiam a ser sobretudo os portugueses com qualificações intermédias que saíam do país.

⁴¹ BAC (Baccalauréat), BEP (*Brevet d'études professionnelles*) e CAP (Certificado de aptidão profissional).

3.1.3 Condição perante a atividade económica e categoria socioprofissional

A fraca fiabilidade estatística dos indicadores de atividade económica do Eurostat e a reduzida amostra do Inquérito ao Emprego de 2012, obriga a cautelas na interpretação da informação relativa a estrutura de atividade económica dos fluxos recentes, mas não impede que se aponte de forma indicativa algumas das suas tendências.

O quadro 3 mostra que os indivíduos que se estabeleceram em França após 2000 apresentam taxas de atividade bastante elevadas. De acordo com o Eurostat, não existem diferenças significativas entre as taxas apresentadas pela população de nacionalidade portuguesa e pela nascida em Portugal, e ambos os grupos revelam uma proporção de população ativa bem superior à dos que se estabeleceram no período anterior (78% contra 62%, respetivamente). No entanto, a sua taxa de desemprego é também um pouco mais elevada (9% contra 6%, respetivamente). Estas tendências podem ser explicadas ora por uma maior proporção de indivíduos que já esgotaram a sua carreira profissional entre os emigrantes mais antigos, ora pela maior facilidade de inserção profissional de que beneficiam por estarem no país há mais tempo.

Os dados do Inquérito ao Emprego de 2012 apresentam a mesma tendência, embora com valores ligeiramente mais pessimistas relativamente aos fluxos recentes, traduzidos por uma taxa de atividade mais baixa e por uma taxa de desemprego mais elevada. Tal pode decorrer do maior peso que cada indivíduo tem na amostra, o que facilmente enviesa a informação, como também de alterações conjunturais decorrentes do agravamento da crise após 2011. A informação disponibilizada por Brutel (2014) a este respeito, permite apenas referir que 72% da população nascida em Portugal com mais de 15 anos que chegou a França em 2012 se encontrava a trabalhar em Janeiro de 2013, exibindo a maior proporção de população empregada entre os vários países de origem comparados.⁴² Os dados relativos aos que entraram entre 1999 e 2014 disponibilizados através da análise do recenseamento de 2015, permitem apontar para uma menor taxa de emprego (60,8%) e uma maior taxa de desemprego (10,2%).

O peso das redes de imigrantes e o seu papel na inserção socioprofissional dos recém-chegados, assim como a reputação dos portugueses em determinadas áreas profissionais, poderá ser um dos fatores explicativos do desempenho superior dos emigrantes com naturalidade portuguesa, relativamente a outros grupos que até apresentam uma maior proporção de qualificados.

⁴² É notória a diferença de género a este nível, na medida em que 84% dos emigrantes masculinos se declarava com emprego contra apenas 57% das emigrantes.

A taxa de emprego dos fluxos masculinos que chegaram em 2012 é superior à taxa respetiva dos fluxos de 2004 e de 2009, com uma maior variação neste último período (quadro 3). O mesmo exercício aplicado às emigrantes sugere um aumento muito significativo da taxa de emprego das mulheres que emigraram em 2012 relativamente às que chegaram em 2004, porém viu-se reduzida se comparada com as emigrantes estabelecidas em 2009.

A única fonte que apresenta dados sobre a evolução da categoria socioprofissional dos fluxos chegados a França é o Inquérito ao Emprego (2012). As principais diferenças ocorridas na estrutura socioprofissional dos migrantes concerne o grupo dos Funcionários e dos Trabalhadores (gráfico 3). Os migrantes que entraram na primeira década do século XXI concentram-se, sobretudo, na categoria dos trabalhadores, enquanto os outros dois grupos se distribuem de forma mais equitativa pela categoria dos funcionários e dos trabalhadores. De assinalar que nos três grupos de migrantes os quadros e as profissões intelectuais apresentam a menor proporção de inquiridos.

Os dados o recenseamento de 2015, relativos aos que chegaram entre 1999 e 2014, confirmam os dados avançados pelo IE, mostrando que a maioria dos ativos são trabalhadores (57,8%), seguindo-se os funcionários (25,6%) e as profissões intermédias (8,5%). A proporção de ativos empregues nas profissões de nível superior é diminuta (3,3%) e em linha com a registada pelo Inquérito ao Emprego.

A informação relativa ao sector de atividade dos imigrantes portugueses inquiridos pelo Inquérito ao Emprego e pelo Recenseamento Populacional, mostra que os imigrantes que chegaram a França após o ano 2000 (1998 no caso do Censo) continuam a apresentar uma forte concentração em atividades do setor da construção civil, que continua a ser responsável pela inserção profissional da maior parte dos portugueses (gráfico 4). Face ao aumento das qualificações nas últimas décadas, seria de admitir que a presença de emigrantes recém-chegados, se operaria em atividades mais qualificadas no sector da construção, suportando assim a afirmação de que este sector continua a ser central para a inserção profissional dos portugueses “embora cada vez mais qualificados, exercendo responsabilidades acrescidas e funções de enquadramento” (Branco, 2009: 123).

Os dados existentes não permitem, contudo, confirmar esta asserção para a totalidade dos portugueses. O cruzamento da informação do Inquérito ao Emprego relativa aos ativos no sector da construção com o nível mais elevado de escolaridade obtido, aponta que a maioria dos que entraram a partir de 2000 e trabalham no sector da construção têm o ensino primário (58,1%) ou o ensino secundário inferior (29,0%). Os dados do Censo de 2015, relativa aos que entraram entre 1999 e 2014, corroboram com maior intensidade esta situação, ao indicarem

que 75,4% dos ativos que trabalham no referido setor têm o ensino primário ou o ensino secundário inferior.⁴³

Os dados relativos à categoria profissional e ao setor de atividade dos portugueses não permitem, assim, confirmar uma alteração significativa no perfil e no padrão de inserção profissionais dos emigrantes mais recentes e indiciam mesmo que estes apresentam características sociodemográficas e laborais muito próximas às dos emigrantes portugueses que nas décadas de 1960 e 1970 se dirigiram para França. Para além deste perfil, há a assinalar a inserção em setores de atividades e em profissões que requerem níveis de formação mais elevadas (atividades científicas ou técnicas, por exemplo) – visível, em particular, nos dados do recenseamento.

3.2 O stock de emigrantes de origem ou nacionalidade portuguesa

O elevado stock de portugueses ou de naturais de Portugal a residir atualmente em França deve-se, sobretudo, à intensidade da emigração portuguesa mais antiga, das décadas de 1960 e 1970. É por isso natural que as características da população portuguesa estejam fortemente marcadas por essas vagas de migrantes.

O critério utilizado para análise da emigração portuguesa, com base na (mono)nacionalidade ou na naturalidade, constitui igualmente um fator de diferenciação, na medida em que o segundo critério tende a captar um maior número de migrantes que, entretanto, se naturalizaram franceses, como se referiu anteriormente.

Apesar da quebra no stock de emigrantes com nacionalidade portuguesa entre o fim da década de 1990 e 2008 (quadro 4),⁴⁴ existem evidências de que este efetivo tem vindo a recuperar paulatinamente desde 2005. A comparação entre o total de mononacionais portugueses entre 2008 (491.960) e 2011 (501.537), assim como a evolução anual disponibilizada pelo site Observatório da Emigração,⁴⁵ a partir dos recenseamentos de população anuais, comprova essa tendência de retoma (gráfico 5).⁴⁶ O volume de pessoas nascidas em Portugal tem também registado uma tendência crescente desde 2005, após um decréscimo de cerca de 1% entre 1999 e esse ano. Desde então, a taxa de crescimento anual

⁴³ Na base de dados do Recenseamento estes dois níveis de ensino encontram-se agrupados.

⁴⁴ Vide também (Branco, 2013).

⁴⁵ Disponíveis para consulta em: <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=74>

⁴⁶ Os dados da OCDE corroboram esta tendência, apesar de apenas se encontrarem disponíveis para o período de 2005-2009. Os naturais de Portugal eram, em 2005, pouco mais de 592.000 indivíduos e em 2009, 614.217. Por sua vez, os mononacionais portugueses eram 490.644 e 497.642, nos respetivos anos.

tem oscilado entre 0,5% e 1% no período de 2006 a 2015. Estas tendências complementadas com os dados de entradas disponibilizadas pelo INSEE (2003-2012), permitem afirmar a reemergência da França como um importante destino da emigração portuguesa contemporânea.

Não se pode deixar de referir o aumento dos binacionais franco-portugueses, que representavam 270.000 pessoas em 1999 e que “hoje se estimam em cerca de 320.000 pessoas, nem os mononacionais franceses de origem portuguesa, estimados atualmente em cerca de 389.000” (Branco, 2013: 210).

3.2.1 Caraterização sociodemográfica

O quadro 4 sintetiza as principais diferenças ao nível sociodemográfico da população recenseada em 1999, 2008 e 2011. As principais alterações ocorridas na população de mononacionalidade portuguesa entre 1999 até 2011 resultam sobretudo do envelhecimento dos emigrantes que saíram nas décadas de 1960 e 1970.

É possível, no entanto, assinalar uma continuidade da tendência de sobremasculinização dos stocks mononacionais e a estabilidade da proporção dos menores de 15 anos na estrutura etária. Tal deve-se principalmente à renovação geracional das crianças que nascem com nacionalidade portuguesa, como se demonstra pela discrepância do seu peso entre os naturais de Portugal (3,4%) e mononacionais (11,2%) no stock de 2011.

3.2.1.1 Evolução da escolarização

A evolução da taxa de indivíduos com ensino terciário completo entre 1999 e 2008 é, apesar de crescente, bastante inferior à anteriormente observada nos fluxos de 2004, 2009 e 2012 (Brutel, 2014), visto que se encontra diluída na vasta maioria de portugueses que chegou nos períodos anteriores. Pelo contrário, a taxa de indivíduos sem ensino secundário inferior completo (equivalente ao 9º ano de escolaridade) é idêntica à registada pelo fluxo de 2012 (56%), e revela-se superior à detetada no Censo de 1999 (45%). A expectativa criada pela democratização do acesso ao ensino e a determinação da escolaridade obrigatória não encontra aderência nos dados relativos ao nível de qualificação dos imigrantes portugueses. Dois dos fatores que se poderão conjugar para este efeito são os regressos nas décadas de 1990 e 2000 e uma performance escolar dos emigrantes portugueses nascidos em França que é mais negativa do que a média nacional francesa. O primeiro aspeto releva dos dados apresentados por Branco (2007:12), que revelam saídas médias anuais de 6.500 mononacionais portugueses na década de 1990, o que pode ter provocado a quebra no peso da população sem o 9º ano de escolaridade observada no Censo de 1999. O segundo aspeto

prende-se com o relativamente fraco desempenho escolar dos mononacionais portugueses já nascidos em França, que correspondem a 14% da população recenseada em 2008, na medida em que um terço deste grupo com 15 ou mais anos e que já terminou ou abandonou os estudos não chegou a completar o ensino secundário inferior.

3.2.1.2 Evolução da condução perante a atividade económica

No que respeita a condição perante a atividade económica, verifica-se uma ligeira redução da taxa de atividade dos emigrantes entre 1999 e 2008, o que é provocado pelo envelhecimento do stock e passagem para a idade de reforma. Constatam-se inclusivamente a inversão da distribuição dos reformados entre ambos os períodos censitários. Entre 2008 e 2011 não se registam diferenças significativas a este nível, com exceção do aumento assinalável da proporção de reformados.

Refira-se ainda que a taxa de desemprego de 2008 é mais baixa do que em 1999, período em que a economia francesa apenas começava a recuperar dos efeitos da crise financeira asiática (1997). Esta situação voltou a agravar-se para o stock de 2011, como resultado de uma nova crise económica. Em todo o caso, a taxa de desemprego dos mononacionais portugueses quando considerados os dados dos Censos é superior à taxa nacional nos períodos referidos (vide gráfico 1).⁴⁷

Vale a pena ainda assinalar a diferença de género relativamente à inserção no mercado de trabalho, na medida em que as mulheres apresentam taxas inferiores de atividade económica e taxas superiores de desemprego, em todos os momentos censitários. Contudo, estas constatações não se verificam se nos circunscrevermos à população em idade ativa e ao critério de país de nascimento. A análise efetuada por DARES (2012) para o período 2009-2011,⁴⁸ mostra que a população dos 15-64 anos natural de Portugal apresenta melhores indicadores de inserção profissional do que os principais grupos de imigrantes em França e até do que a população autóctone (nascida em França).

A taxa de emprego dos imigrantes oriundos de Portugal é 23 p.p. superior à do conjunto dos imigrantes e quase 10 p.p. superior à da população nascida em França (quadro 5). Já a taxa de desemprego média dos emigrantes portugueses neste período situa-se em 5,6%, significativamente abaixo do universo imigrante (16%) e dos naturais de França (8,5%). Salienta-se o facto de as mulheres de origem portuguesa apresentarem aqui um desempenho

⁴⁷ A taxa de desemprego situava-se em 8,8% no ano de 2011, 7,1% em 2008 e 9,6% em 1999.

⁴⁸ Análise elaborada a partir dos dados dos Inquéritos ao Emprego do INSEE (2009-2011), por: Direction de l'animation de la recherche, des études et des statistiques (2012). Disponível para consulta em: <http://travail-emploi.gouv.fr/IMG/pdf/2012-077.pdf>

marginalmente melhor do que os homens, apesar de manterem taxas de atividade e de emprego inferiores às dos emigrantes do género masculino, ainda assim bastante superiores às das suas homólogas (imigrantes e autóctones).

Estes resultados poderão estar a apontar para uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. A própria crise poderá estar a contribuir para esse efeito, não somente através da regeneração dos fluxos de jovens que têm entrado no país, mas também pela necessidade de reforçar o orçamento familiar mensal dos emigrantes com mais um salário.

3.2.1.3 Evolução das categorias socioprofissionais

Em relação à evolução das categorias socioprofissionais dos stocks de nacionalidade portuguesa, verifica-se um incremento mais notório no peso dos “quadros e profissões intelectuais superiores”, mais do que duplicando entre 1999-2008 e aumentando ligeiramente entre 2008-2011 (quadro 4). Apesar de constituir somente uma fatia minoritária das ocupações desempenhadas pelos emigrantes, não deixa de ser assinalável a sua expansão. Regista-se, igualmente, o aumento da proporção dos “artesãos, comerciantes e chefes de empresa” no período 1999-2011. Esta nomenclatura engloba desde técnicos da construção civil, a comerciantes ou técnicos no sector dos serviços e a empregadores (em empresas com mais de 10 trabalhadores),⁴⁹ pelo que não se pode adiantar quais as profissões que mais têm contribuído para a sua evolução.

Por outro lado, observa-se que as transformações na estrutura socioprofissional dos portugueses derivam da quebra muito acentuada da categoria dos “trabalhadores”, que contempla qualificados e não-qualificados de todos os sectores, e que continua a representar a grande fatia de ocupação dos emigrantes portugueses em 2011 (46%).

Importa, contudo, assinalar algumas diferenças no stock de emigrantes portugueses, especificamente entre a população que nasceu no estrangeiro e a que já nasceu em França, assim como entre os homens e mulheres emigrantes. O quadro 6 ilustra a variação ocorrida para cada um desses grupos no período 1999-2008. Percebe-se que a evolução do peso dos quadros e profissões intelectuais foi impressionante em todos os grupos, mas encontrou maior eco junto dos nascidos em França. É também assinalável que a sua representatividade entre as mulheres cresceu mais do que entre os emigrantes do género masculino. As profissões intermédias conheceram também um aumento considerável em todos os grupos, com registos

⁴⁹ Mais informações sobre o nível 1 da nomenclatura de categorias socioprofissionais (PCS2003) poderão ser consultadas no site do INSEE, em: http://www.insee.fr/fr/methodes/default.asp?page=nomenclatures/pcs2003/liste_n1.htm

próximos do dobro do verificado em 1999, com exceção dos homens portugueses que não nasceram em França.

Como se referiu, a diversidade da categoria “Artesãos, comerciantes e chefes de empresa” não permite extrapolar quais as profissões que mais aumentaram no período, ficando a nota que esta categoria mais do que duplicou para os homens nascidos em França, mas conheceu um decréscimo assinalável para as mulheres do mesmo grupo. A quebra, ainda que ligeira, dos “funcionários” padece do mesmo problema de identificação das profissões em queda, visto que tanto contempla funcionários públicos, como empregados de comércio, pessoal administrativo, ou prestadores de serviços a particulares, em que se insere, por exemplo, a tradicional figura da “mulher-a-dias” ou “porteira” portuguesa. O facto de a quebra ser mais visível na população nascida em França, especialmente do sexo masculino, pode revelar a tendência para a inserção crescente dos emigrantes de 2ª ou 3ª geração em outro tipo de trabalhos habitualmente mais prestigiados, nomeadamente cargos intermédios, quadros e profissões intelectuais, ou como trabalhadores independentes ou empregadores, como no caso da categoria “artesãos, comerciantes e chefes de empresa”.

Refira-se ainda que é transversal a todos os grupos a quebra observada na categoria “trabalhadores”, mais acentuada entre as mulheres nascidas em França e em menor grau nos homens naturais de outro país.

O Censo de 2008 mostra ainda que a população portuguesa nascida no estrangeiro mais qualificada (licenciada), distribuía-se de forma muito equitativa pelas categorias de “Funcionários” (26%), “profissões intermédias” (25%), “quadros” e “trabalhadores” (22%), enquanto a população menos qualificada (sem o 9º ano), se concentrava sobretudo na categoria dos “trabalhadores” (52%) e “funcionários” (32%). Para os qualificados nascidos em França, são as “profissões intermédias” que mais obtêm a sua participação (38%), enquanto os “quadros e as profissões intelectuais” obtêm praticamente um quarto dos licenciados, retomando valores próximos de 1990. É notória a quebra de qualificados entre os “trabalhadores” e “funcionários” no período 1999-2008.

Estes dados parecem confirmar, ainda que com reservas, a existência de processos de mobilidade social intergeracional ascendentes, proporcionados quer por um aumento das qualificações dos emigrantes ao longo do tempo, mais visível no stock de nascidos em França, quer pela transformação estrutural do mercado de trabalho, derivada da desindustrialização e terciarização da economia e da tendencial redução do sector público.

Por comparação com o efetivo residente na França metropolitana em 2008,⁵⁰ destaca-se a tendência dos emigrantes portugueses desempenharem mais frequentemente a categoria de “trabalhadores” (47% contra 24% de média nacional) e “artesãos, comerciantes e chefes de empresa” (8% contra 6%). A categoria “funcionários” obtém representação idêntica em ambos os grupos (30%). Ao invés, a população portuguesa apresenta uma menor concentração relativa nas categorias de “quadros e profissões intelectuais superiores” (4% contra 16%), profissões intermédias (11% contra 23%) e exploradores agrícolas (0,1% contra 2%). Refira-se que estas assimetrias se registam de forma semelhante se for considerado o ano de 2011, dado que as ligeiras alterações detetadas decorreram paralelamente em ambos os grupos, nomeadamente a ligeira quebra nos “trabalhadores” e o leve aumento dos “quadros”.

Se comparados com os principais grupos de imigrantes,⁵¹ os indivíduos nascidos em Portugal destacam-se por deterem a percentagem mais elevada de “trabalhadores”, em ambos os géneros. Esta diferença é particularmente visível na comparação com outros países da UE (gráfico 6). As mulheres de nacionalidade portuguesa tendem a estar mais inseridas na categoria de funcionários do que as emigrantes de outros países,⁵² contudo os homens estão menos representados do que os seus congéneres europeus.

Os quadros e profissões intelectuais superiores apresentam uma fraca expressão entre os imigrantes de origem lusa, distando-os significativamente da representatividade que esta categoria tem nos imigrantes de origem comunitária (sensivelmente entre um terço e um quinto dos e dos ativos/as com emprego), e do total dos imigrantes (com peso de 15% nos homens e 12% nas mulheres).

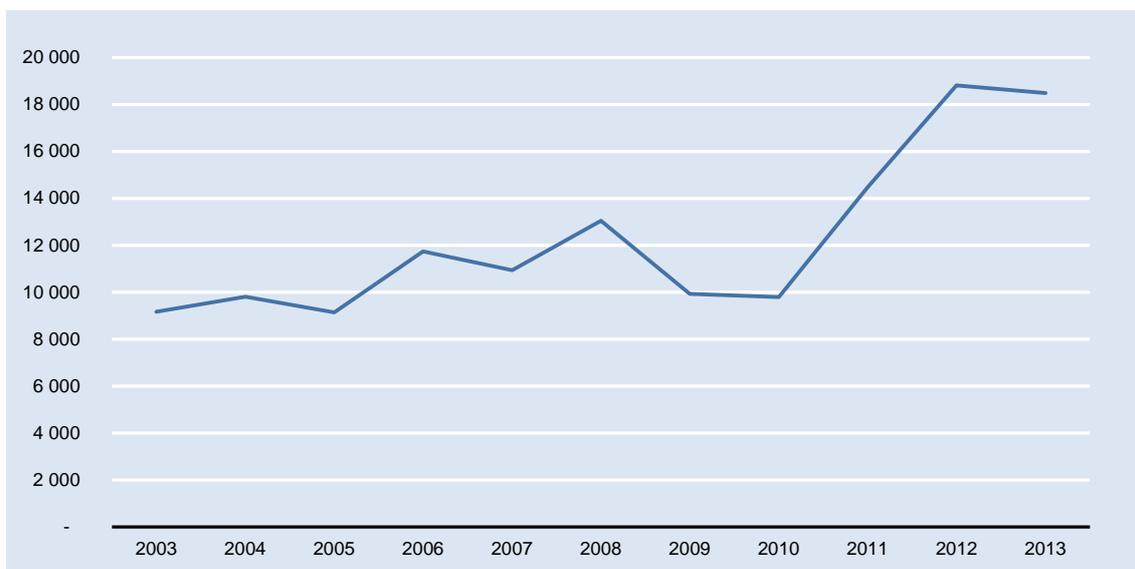
[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

⁵⁰ Análise elaborada a partir dos Inquéritos ao Emprego do INSEE (médias anuais). Série 2003-2013 disponível para consulta em: <http://www.insee.fr/fr/ffc/figure/NATTEF02135.xls>

⁵¹ O que, seguindo o critério adotado pelo INSEE, se refere aos indivíduos que nasceram com nacionalidade estrangeira fora de França e que residem em França, independentemente de se terem naturalizado, entretanto.

⁵² A categoria “funcionários” refere-se aos empregados da administração pública, das empresas, do comércio e dos serviços pessoais.

Gráfico 2 Entradas de estrangeiros nascidos em Portugal (2003-2013)



Fonte INSEE (dados disponibilizados mediante pedido) e Observatório da Emigração

Quadro 1 Sumário das características sociodemográficas da população de naturalidade ou nacionalidade portuguesa que se estabeleceu em França após 2000

Fonte	EUROSTAT (2011) (a)		EUROSTAT (2011) (a)		INED (autor. permanência) (b)		INSEE (Inquéritos ao Emprego, 2012) (c)	INSEE (Censo 2013) (d)
	Total 2000- 2010	Média anual	Total 2000- 2010	Média anual	Total 2000- 2003	Média anual		
Critério aplicado	País de nascimento		Nacionalidade		Nacionalidade		País de nascimento	País de nascimento
Período de chegada	2000-2010		2000-2010		2000-2003		2000-2012 (4ºtrim.)	2012
N	71,929	6,539	67,386	6,126	27,658	6,915	186 (N total = 1163)	ca. 18,000
% Homens	56,0		55,8		60,7		58,1	55
Menos de 15 (Eurostat)/ Menos de 17 (INED))	19,9		23,9		8,0		n.d.	Menos de 17 (Q1) 25%
15-29 (Eurostat) / 18- 29 (INED e Inq. Emprego 2012)	32,2		41,4		51,6		35	17-39 (Q2) 50%
30-49 (Eurostat, INED e IE 2012)	40,8		25,1		34,0		53,2	
50-64 (Eurostat e IE 2012)/ 50-59 (INED)	5,7		7,8		3,0		10,2	40 ou mais (Q3) 25%
65 ou mais (Eurostat e IE 2012)/ 60 ou mais (INED)	1,3*		1,7*		3,4		1,6	
Ensino superior (%)	n.d.		n.d.		n.d.		4,9	14
Tx. Actividade	78,1*		78,3*		n.d.		69,9	72% dos indiv. encontrava-se a trabalhar em janeiro 2013 (exclui < 16 anos e estudantes)
Taxa de desemprego	9,4*		9,5*		n.d.		12,4	

Notas *Inclui dados pouco fiáveis estatisticamente, que se referem à condição perante a atividade económica e à população do sexo masculino com mais de 85 anos.

Data de referência do Censo é, segundo o Eurostat, 1/1/2011, embora o INSEE refira o período de recenseamento entre Janeiro e Fevereiro de 2011; Dados referem-se à população que viveu fora de França e chegou após 2000 ou à que já nasceu em França. Institut National d'Études Démographiques (INED), a partir de dados do Ministério do Interior (Base dados AGDREF) que compilam o número de autorizações de permanência igual ou superior a um ano, por nacionalidade (publicado) e naturalidade (não publicado). Representa o total de adultos e crianças cujos pais entraram no país, como migrantes ou com estatuto de refugiados; Fluxos estimados através do Inquérito ao Emprego. Fluxos de 2012 estimados através do Recenseamento da População (cf. o seguinte documento de apoio metodológico elaborado por Brutel (2014): http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/F1403.pdf). Os grupos etários não se encontram discriminados, tendo sido utilizado o método de ordenação de idades por quartis. As taxas de atividade (ativos dos 15-64 anos) e de desemprego não se encontram disponíveis.

Quadro 2 Características sociodemográficas da população de naturalidade portuguesa que se estabeleceu em França entre 1999 e 2014

Indicadores	Valores
Total (N)	123.011
Média anual (N)	8.200
Homens (%)	54.3
Estrutura etária (%)	
Menos de 18 anos	19.0
18-29	20.7
30-49	47.0
50-59	10.4
60 ou mais anos	2.8
De detentores de um diploma de ensino superior (%)	9.1
Taxa de atividade (%)	71.1
Taxa de desemprego (%)	10.2

Fonte INSEE, individus localisés au canton-ou-ville en 2015, Recensement de la population, Fichiers détail, disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/3625223?sommaire=3558417>.

Quadro 3 Evolução da proporção de qualificados (ensino secundário ou ensino superior) nas entradas em 2004, 2009 e 2012, por país de nascimento (%)

Continente e país de nascimento	Total			Taxa de variação (%)	
	2004	2009	2012	2004-2012	2009-2012
Total	56	61	63	12	3
Europa	63	65	65	3	0
Portugal	16	22	27	69	23
Reino Unido	62	73	76	23	4
Espanha	77	80	78	1	-3
Itália	73	80	82	12	3
Alemanha	80	83	79	-1	-5
Roménia	68	60	57	-16	-5
Bélgica	72	74	71	-1	-4
Rússia	75	56	70	-7	25
Suíça	60	64	69	15	8
Polónia	73	66	70	-4	6
África	44	51	53	20	4
Marrocos	45	50	55	22	10
Algéria	38	47	50	32	6
Tunísia	49	57	61	24	7
Ásia	59	64	71	20	11
China	82	81	86	5	6
Turquia	23	28	32	39	14
América, Oceânia	69	77	79	14	3
Estados Unidos	89	90	90	1	0
Brasil	64	70	68	6	-3

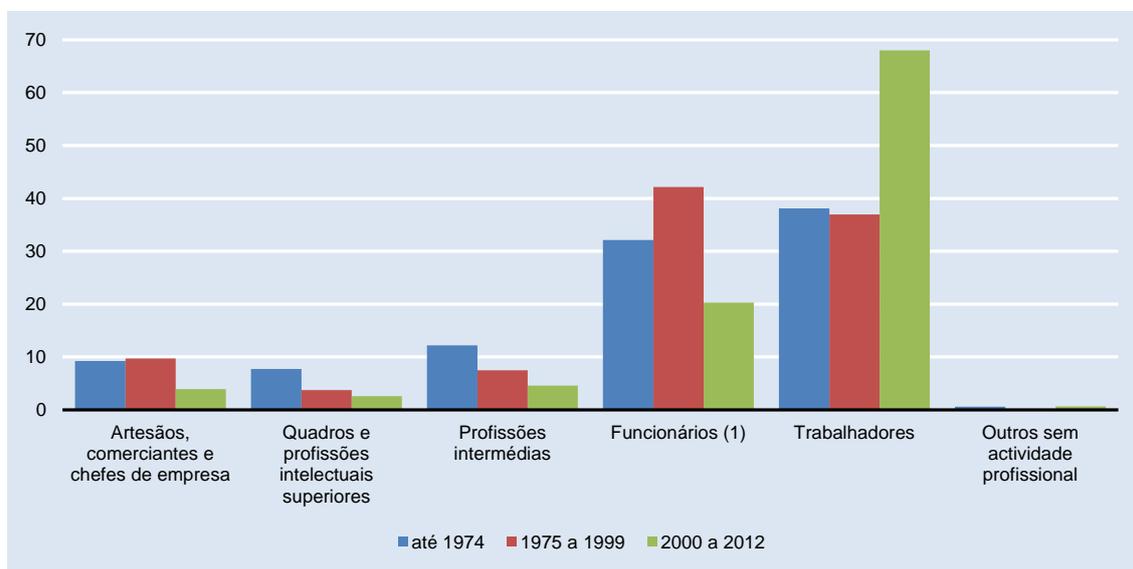
Fonte Brutel (2014). Anexo estatístico disponível para download em: <http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1524/ip1524.xls>

Quadro 4 Taxa de variação da proporção de indivíduos empregados em 2013 (2004-2012 e 2009-2012), por origem geográfica e sexo (%)

Origem	Homens		Mulheres	
	2004-2012	2009-2012	2004-2012	2009-2012
Mundo	13,0	6,1	16,0	-3,3
Europa	22,6	8,3	21,6	0,0
Portugal	1,2	5,0	23,9	-3,4

Fonte A partir de dados em Brutel (2014). Anexo estatístico disponível para download em: <http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1524/ip1524.xls>

Gráfico 3 Categoria socioprofissional dos portugueses inquiridos pelo IE, segundo o período de entrada



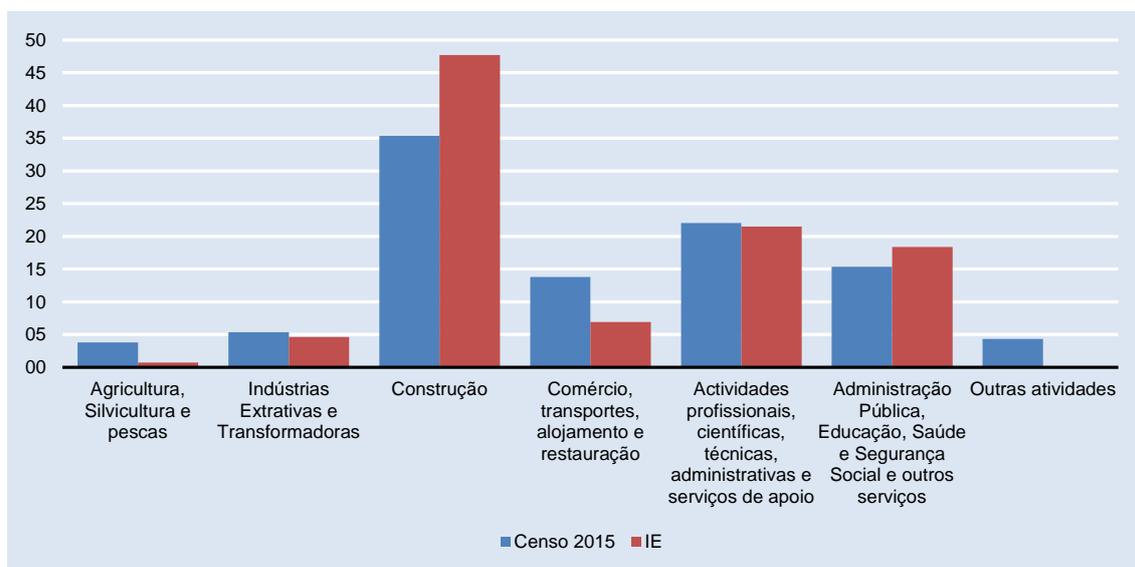
Nota “Funcionários” inclui: empregados da Administração pública, das empresas, do comércio e dos serviços pessoais.

“Trabalhadores” inclui: trabalhadores qualificados e não qualificados, no sector industrial ou agrícola.

“Outros sem actividade profissional” inclui: inativos e desempregados que nunca trabalharam.

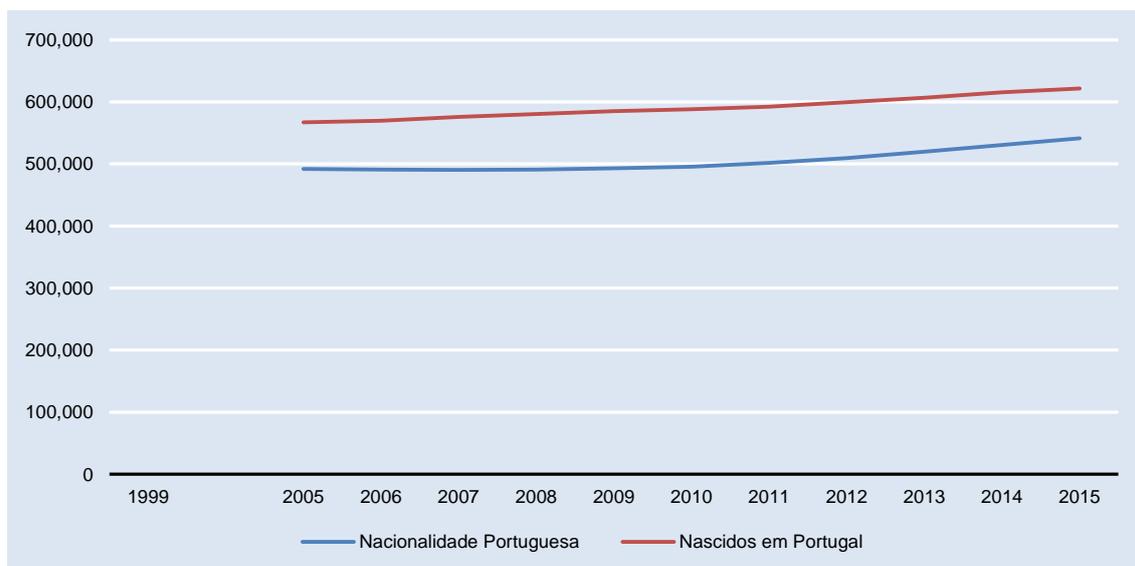
Fonte INSEE, Inquérito ao Emprego, 4º trimestre de 2012.

Gráfico 4 Setor de atividade dos portugueses inquiridos pelo IE (entrados entre 2000 e 2012) e pelo recenseamento de 2015 (entrados entre 1999 e 2014)



Fonte INSEE, Inquérito ao Emprego, 4º trimestre de 2012 e Recenseamento da População de 2015.

Gráfico 5 Evolução do stock de cidadãos nascidos em Portugal ou com nacionalidade portuguesa (1999-2015)



Fonte Observatório da Emigração (<http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=74>).

Quadro 5 Síntese de informação sociodemográfica dos stocks de 2011 (naturalidade e nacionalidade), de 2008 e de 1999 (nacionalidade)

INSEE, Censo 2011			INSEE, microdados Censo 2008		INSEE, microdados Censo 1999
Critério aplicado	Naturalidade	Nacionalidade	Critério aplicado	Nacionalidade	Nacionalidade
Período de referência	2011		Período de referência	2008	
N	591,899	501,537 (a)	N	491,960	555,606
Homens (%)	51.3	53.5	Homens (%)	53.4	53.2
Estrutura etária (%)			Estrutura etária (%)		
Menos de 15	3.4	11.2	Menos de 15	11.4	11.7
15-24	4.2	6.3	15-29	10.1	16.0
25-54	53.2	49.3	30-64	65.7	66.6
55 ou mais	39.3	33.2	65 ou mais	12.8	5.8
			Com ensino superior (%)	5	3
Taxa de atividade	65.5	66.1	Taxa de atividade	67.7	73.6
Taxa de desemprego	8.4	9.5	Taxa de desemprego	8.2	11.2
Reformados (% s inativos)	71.3	67.3	Reformados (% nos inativos)	61.8	32.9
Outros inativos (%nos inativos)	28.7	32.7	Outros inativos (%nos inativos)	61.8	32.9
Artesãos, comerciantes e chefes de empresa	8.3	8.1	Artesãos, comerciantes e chefes de empresa	7.9	5.9
Quadros e profissões intelectuais superiores	5.3	4.5	Quadros e profissões intelectuais superiores	4.0	1.7
Profissões intermédias	12.7	11.4	Profissões intermédias	10.7	7.3
Funcionários	31.2	29.5	Funcionários	30.2	29.1
Trabalhadores	42.2	46.3	Trabalhadores	47.1	56.0

Nota Nos dados disponibilizados pelo INSEE relativamente ao número total de cidadãos portugueses por sexo e idades em 2011, o total apresentado é de 500.607 indivíduos, contudo o efetivo ascende a 501.537 na base de dados relativa à categoria socioprofissional, valor que aqui se tomou como referência.

Fonte INSEE (Censo 2011, disponível para consulta em http://www.insee.fr/fr/themes/donneeslocales.asp?ref_id=etr2011&typgeo=METRODOM&typesearch=territoire&search=&territoire=OK); INSEE (microdados do Censo de 1999 e 2008).

Quadro 6 Comparação de taxas médias de atividade, de emprego e de desemprego no período 2009-2011, da população com 15-64 anos, por país de origem (naturalidade)

País de origem	Taxa de atividade			Taxa de emprego			Taxa de desemprego		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Não imigrantes	74.6	67.0	70.7	68.4	61.1	64.7	8.2	8.9	8.5
Imigrantes (total)	78.0	58.0	67.5	66.1	48.0	56.6	15.3	17.2	16.1
Portugal	82.3	75.3	78.8	77.6	71.2	74.4	5.7	5.4	5.6
Itália	56.8	55.9	61.3	61.5	49.6	56.0	6.6	11.3	8.5
Espanha	74.8	59.3	67.0	70.2	54.4	65.0	6.2	8.8	7.4
Marrocos	75.3	46.8	60.4	59.5	35.2	46.8	21.0	24.8	22.5
Argélia	79.6	50.0	64.7	63.5	36.3	49.8	20.2	27.4	23.0

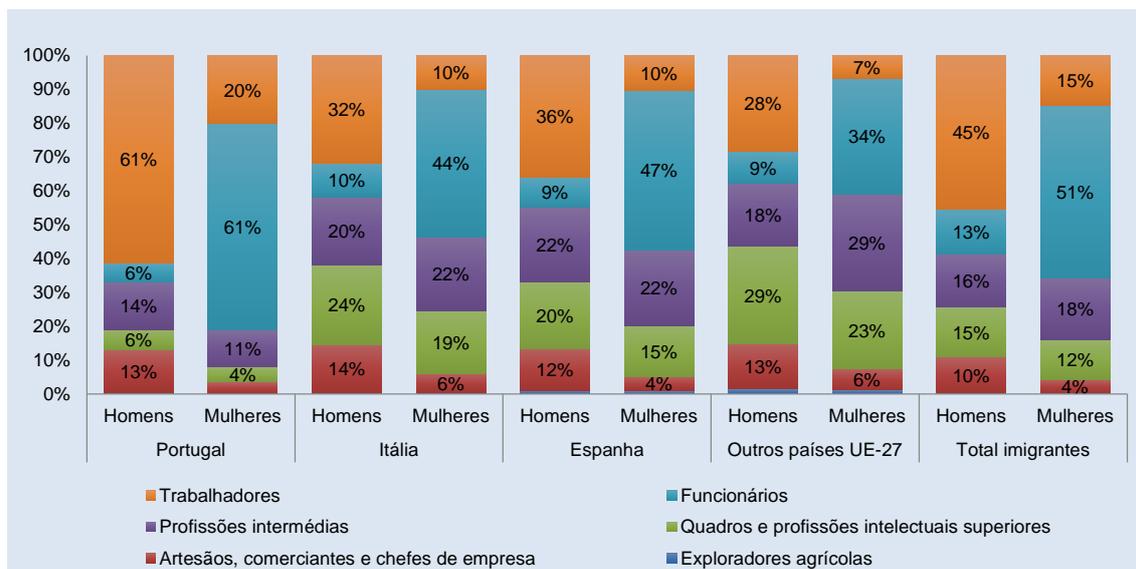
Fonte DARES (2012), a partir dos Inquéritos aos Emprego do INSEE (2009-2011).

Quadro 7 Taxa de variação percentual das categorias socioprofissionais dos portugueses, por sexo e naturalidade (1999-2008)

Categoria socioprofissional	Nascidos no estrangeiro		Nascidos em França	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Exploradores agrícolas	51,9	8,1	-16,2	-60,5
Artesãos, comerciantes e chefes de empresas	33,1	23,6	127,8	-21,1
Quadros e profissões intelectuais superiores	121,1	156,8	235,2	268,1
Profissões intermédias	30,8	82,7	84,3	139,5
Funcionários	-2,4	2,6	-12,3	-5,5
Trabalhadores	-11,3	-24,9	-22,9	-32,3

Fonte INSEE (microdados Censos 1968-2008).

Gráfico 6 Distribuição das categorias profissionais nos principais grupos de imigrantes (país de naturalidade), por sexo, Censo de 2011



Fonte Insee, RP2011 (exploitation complémentaire).

Notas finais

A emigração portuguesa para França tem, com diferentes flutuações e distintos ritmos, estado presente nos últimos 100 da história nacional. Nos anos 60 e 70 este fluxo assumiu proporções inusitadas, tornando-se França o destino principal dos que, durante aquele período, saíram do país. Como é sabido, a crise económica de 1973/74 e as medidas restritivas à imigração impostas por França (e por outros países europeus) veio refrear a emigração portuguesa para este país. No entanto, mesmo em valores menos representativos, a emigração portuguesa para França esteve sempre presente, assumindo novas modalidades como a emigração de reagrupamento familiar, ou as migrações de curta duração. Nos anos mais recentes, sobretudo após a crise de 2007/2008, a emigração portuguesa para França voltou a adquirir intensidade, embora a níveis inferiores aos experimentados para outros destinos europeus (como o Reino Unido ou a Suíça). Estes diferentes fluxos, em particular os fluxos do século XX e os fluxos do século XXI, apresentam diferenças e semelhanças assinaladas ao longo do texto, contribuindo para complexificar a análise da presença portuguesa em terras gaulesas. De uma emigração caracterizada por baixos níveis de formação e qualificação, e por uma inserção em atividades e profissões pouco qualificadas e desprestigiadas, a emigração portuguesa passou a apresentar uma maior diversidade de perfis formativos e profissionais. A recomposição dos perfis profissionais dos emigrantes portugueses em França é influenciada pela entrada contínua de novos emigrantes (portadores de qualificações diversificadas) e pela progressiva saída dos emigrantes com níveis de qualificação mais baixos que há mais tempo residiam no país. Como noutros países em que a população emigrante portuguesa é continuamente alimentada por novos fluxos migratórios, regista-se a interação entre um efeito de estrutura, decorrente da alteração estrutural dos níveis de educação da população portuguesa, e um efeito conjuntural, resultante da incapacidade do mercado de trabalho nacional absorver de forma eficiente os diferentes perfis formativos produzidos pelo sistema escolar/académico.

A persistência da emigração portuguesa para França não tem sido acompanhada por uma continuada reflexão e análise sobre este movimento. Embora nos últimos anos se tenha assistido a um aumento da produção científica sobre esta emigração, o seu volume e o processo de reconfiguração que vem, ainda que lentamente, experimentando, recomenda uma maior atenção a esta emigração. Os dados estatísticos disponibilizados pelo serviço de estatística francês são, por vezes, insuficientes para acompanhar a evolução do fluxo emigratório português. Mas, a disponibilização atualizada (e a um ritmo anual) de bases de dados dos recenseamentos populacionais permite obter uma imagem continuamente renovada sobre as alterações testemunhadas na comunidade portuguesa residente em França e que importa acompanhar.

Referência bibliográficas

- Afonso, S. (2003). A Segunda Geração e o Regresso: Motivação e Vivências. Paper presented at the A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa, Toronto.
- Almeida, A. d. (2008). Os portugueses em França na hora da reforma. Paris: Éditions Lusophone.
- Alimi, J. (2015, Setembro). Accueil des migrants : 55% des Français opposés à ce que la France imite l'Allemagne. *Le Parisien-Aujourd'hui*. Paris. Gwelwyd gan <http://www.leparisien.fr/politique/sondage-pour-62-des-francais-les-migrants-sont-des-immigres-comme-les-autres-05-09-2015-5065393.php>
- Antunes, M. L. M. (1981). Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses. *Análise Social*, XVII(65), 17-27.
- Arroteia, J. (1983). A Emigração Portuguesa, suas Origens e Distribuição. Lisboa: ICALP.
- Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX(128), 959-980.
- Baganha, M. I., & Peixoto, J. (1997). Trends in the 90's: the portuguese migratory experience. In M. I. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 15-40). Oeiras: Celta.
- Barre, J. d. I. (1997). Nouvelles directions autour de l'engagement associatif. In B. d. Varine (Ed.), *Les familles portugaises et la société française* (pp. 55-62). Paris: Interaction France-Portugal/Editions W.
- Barre, J. d. I. (2003). Lusodescendant: le terme en questions. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, 9(9), 13-22.
- Barreno, M. I. (2003). How can we teach Portuguese language and culture to Portuguese children who are ashamed of being Portuguese?. A perspective from France. In G. d. Abreu, T. Cline & H. Lambert (Eds.), *The Education of Portuguese children in Britain. Insights from Research and Practice in England and Overseas* (pp. 15-122). Luton: Departamento de Psicologia, Universidade de Luton.
- Bouzama, N., & Neves, G. (1994). Jeunes d'origine portugaise: du bon usage de la communauté. *Hommes et migrations*, 1180, 17-22.
- Bouvier, G., & Pilarsky, C. (2008). Soixante ans d'économie française: des mutations structurelles profondes. *Insee Premiere, Juillet 2008*(1201). Gwelwyd gan <http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1201/ip1201.pdf>
- Branco, J. d. P. (2001a). A comunidade portuguesa em França I. *Janus: anuário de relações exteriores*, 148-149.
- Branco, J. d. P. (2001b). A comunidade portuguesa em França II. *Janus: anuário de relações exteriores*, 150-151.

- Branco, J. d. P. (2004). Structure démographique et vieillissement de la population portugaise. *Cahiers de l'URMIS(9)*, 35-42.
- Branco, J. d. P. (2009). Comunidade Integrada? Portugueses em França (1980/2000). In M. B. Rocha-Trindade (Ed.), *Migrações, Permanências e Diversidades*. Lisboa: Afrontamento/CEMRI/Universidade Aberta.
- Branco, J. d. P. (2013a, Dezembro de 2013). Autarcas de nacionalidade ou origem portuguesa em França.
- Branco, J. d. P. (2013b, 15/6/2013). Evolução socioprofissional dos Portugueses em França: situação actual e perspectivas futuras. Paper presented at the III Jornadas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Paris, Consulado Geral de Portugal em Paris.
- Branco, J. d. P. (2014). Présence portugaise en France: évolution et actualité La communauté silencieuse, mémoires de l'émigration portugaise. Bordéus: Elytis.
- Branco, J. P. (2013). Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVI, 209-226.
- Brettell, C. (1981). Is the Ethnic Community Inevitable? A Comparison of the Settlement Patterns of Portuguese Immigrants in Toronto and Paris. *Journal of Ethnic Studies*, 9(3), 1-17.
- Brettell, C. (1990). Leaving, remaining, and returning: some thoughts on the multifaced Portuguese migratory system. In D. Higgs (Ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective* (pp. 61-80). Toronto: The Multicultural History Society of Ontario.
- Brutel, C. (2014). Estimer les flux d'entrées sur le territoire a partir des enquêtes annuelles de recensement. *Série des Documents de Travail de la Direction des Statistiques Démographiques et Sociales*, nº F1403 (Junho de 2014) (http://www.insee.fr/fr/publications-et-services/docs_doc_travail/F1403.pdf).
- Brutel, C. (2014). Les immigrés récemment arrivés en France: Une immigration de plus en plus européenne. *Insee Premiere, Novembre 2014(1524)*. Gwelwyd gan <http://www.insee.fr/fr/ffc/ipweb/ip1524/ip1524.pdf>
- Cabral, A. (2003). Profils de jeunes d'ascendance portugaise de retour au Portugal: expression linguistique et hétéro-image. *Recherches en anthropologie au Portugal(9)*, 79-85.
- Camilleri, C. (1992). Evolution des structures familiales chez les Maghrébins et les Portugais de France. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, 8(2), 133-146.
- Candeias, P., Ferreira, B., & Peixoto, J. (2014). Emigração Portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber: Uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013. *População e Sociedade*, 22, 11-32.

- Cardoso, I. L. (2014). “Quintal é rei em casa de Português” – Jardins e hortas em contexto migratório. In H. Pires, T. Mora, A. F. d. Azevedo & M. S. Bandeira (Eds.), *Jardins-Jardineiros-Jardinagem* (pp. 39-77): Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
- Carvalho, J. R. (2008). Do bidonville ao arrastão: media, minorias e etnicização.
- Carvalho, F. (2011). *A emigração portuguesa nos anos 60 do século XX: porque não revisitá-la hoje?* Lisboa: Centro de Pesquisa e Estudos Sociais. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Castro-Almeida, C. (1989). Immigration et espaces de mobilité en Europe: le cas de l’immigration portugaise en France. *Espaces et Sociétés*(54/55), 157-168.
- Castro, A. (2001). Une “esthétique interculturelle”: les constructions des immigrés portugais. Construire L’interculturel. In R. d. Villanova, M.-A. Hily & G. Varro (Eds.), *Construire L’interculturel: De la notion aux pratiques* (pp. 327-342). Paris: L’Harmattan.
- Castro, J. F. P. d. (2008). Os Efeitos do Vaivém da Emigração Continental. Um Estudo de Caso em Melgaço. (Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária), Universidade Fernando Pessoa, Porto. Retrieved from <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1060/2/joaquimcastro.pdf>
- Castro-Almeida, C. (1989). Immigration et espaces de mobilité en Europe: le cas de l’immigration portugaise en France. *Espaces et Sociétés*(54/55), 157-168.
- Cepeda, F. T. (1995). *Emigração Portuguesa. Um Fenómeno Estrutural*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Charbit, Y., Hily, M.-A., & Poinard, M. (1997). *Le va-et-vient identitaire. Migrants portugais et villages d’origine*. Paris: PUF.
- Clerc, D., & Duval, G. (2007). Une croissance ralentie, mais plus riche en emplois. *Alternatives Economiques, Septembre 2007*(261). Gwelwyd gan http://www.alternatives-economiques.fr/une-croissance-ralentie--mais-plus-riche-en-emplois_fr_art_473_31485.html
- Comissão Europeia. (2011). Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on E101 certificates issued in 2008 and 2009. Gwelwyd gan <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=6554&langId=en>
- Comissão Europeia. (2012). Posting of workers in the European Union and EFTA countries: Report on A1 portable documents issued in 2010 and 2011. Gwelwyd gan <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9675&langId=en>
- Comissão Europeia. (2014). Posting of workers: Report on A1 portable documents issued in 2012 and 2013. Gwelwyd gan <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=13488&langId=en>

- Cordeiro, A. (1993). La communauté Portugaise de France. Paper presented at the Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (Séc. XIX-XX)
- Cordeiro, A. (1999a). Dans quinze ans, qu'advientra-t-il de l'identité des Portugais de France? *Latitudes*(5), 3-6.
- Cordeiro, A. (1999b). Les Portugais, une population 'invisible'? In P. Dewitte (Ed.), *Immigration et intégration : l'état des savoirs* (pp. 106-111). Paris: La Découverte.
- Cordeiro, A. (2001). Portugueses de França e as eleições autárquicas francesas. *Latitudes*(11), 66.
- Cordeiro, A. (2002). Le va-vient des Portugais en Europe. *Projet*(272), 63-68.
- Cordeiro, A. (2004). Comment interpréter la faible participation civique des Portugais de France? Exception ou conformisme ambiant? *Cahiers de l'URMIS*(9), 55-68.
- Cordeiro, A. (2010). Portugal, l'émigration vers l'Europe ou l'eupéanisation par le bas. *Grande Europe*(17), 19-26.
- Cravo, A. (1995). Les Portugais en France et leur mouvement associatif: 1901-1986.
- Cunha, M. A. d. (2001). Les Portugais de France. Généalogie d'un public radiophonique. *Réseaux*(107), 77-115.
- Cunha, M. A. d. (2002). Os portugueses de França. Genealogia de um público radiofónico. *OBS**, *Revista do Observatório da Comunicação*(6), 119-141.
- Cunha, M. A. d. (2003). Quand le public prend la parole: l'émission des Portugais 1966-1992. *Médiamorphoses*(7), 98-103.
- Cunha, M. A. d. (2004). Pour une étude de la réception de RTP Internacional par les Portugais de France. *Cahiers de l'URMIS*(9), 43-54.
- Cunha, M. A. d. (2008). A representação de si nos blogues dos luso-descendentes de França. Paper presented at the 8^o LUSOCOM Comunicação, espaço global e lusofonia. <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/80/55>
- Cunha, M. d. C. M. (1984). Jeunes d'origine portugaise: Génération invisible? *Dossiers de CIMADE Information. Immigrés Portugais: une communauté en mouvement*, 38-40.
- Daguet, F. (1996). La Population de la France. Une croissance sans précédent depuis 1946. *Insee Premiere*, 444(Avril 1996), 4.
- DARES. (2012). Emploi et Chômagés des Immigrés en 2011. *Dares Analyses: Publication de la Direction de l'Animation de la Recherche, des Études et des Statistiques, Octobre 2012*(77). Gwelwyd gan <http://travail-emploi.gouv.fr/IMG/pdf/2012-077.pdf>
- Dias, M. V. (1984). Le mouvement associatif portugais. *Dossiers de CIMADE Information. Immigrés Portugais: une communauté en mouvement*, 15-20.
- Dias, M. V. (1990). La dynamique associative en France et son évolution: l'exemple de la communauté portugaise Des portugais en Aquitaine: Des 'soutiers de l'Europe' à 'esquisse d'un partenariat privilégié? (pp. 207-217). Bordéus: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme de l'Aquitaine.

- Diogo, H. (2009). A comunidade portuguesa em França e na região de Lyon: uma evolução sociodemográfica. *Cadernos: Curso de doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 141-166.
- Diogo, H. (2012a). Multiculturalismo: identidade e territorialidade na comunidade portuguesa de Lyon (França). (Doutoramento em Geografia Humana), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Diogo, H. (2012b). Territórios e paisagens culturais na emigração lusa. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*(1), 41-58.
- Diogo, H. (2013a). Empreendedorismo e mobilidade na comunidade lusa na região Rhône-Alpes: dinâmicas locais e internacionais. Paper presented at the XII Colóquio Ibérico de Geografia.
- Diogo, H. (2013b). Imigração portuguesa em França 1999-2012: que mudanças? Paper presented at the CEGOT 1st. International Meeting, Geografia, Políticas e Planeamento, Porto.
- Echardour, A. (1996). Les jeunes d'origine portugaise immigrés ou enfants d'immigrés. *INSEE*(427).
- Engler, M. (2007). Länderprofil – Frankreich. *Focus Migration, März 2007*(2). Gwelyd gan <http://focus-migration.hwwi.de/France.1231.0.html?&L=1>
- Fernandes, M. (2007). 'Miki-le-toss ou comment repérer un guech en quelques leçons': l'identité ethnique 'tos' em France à travers les blogs de jeunes lusodescendants. *Journal of Multidisciplinary International Studies*, 4(2), 1-22.
- Ferreira, C. (1999). Relatório sobre o movimento associativo português na área Consular de Lyon. Lyon: Consulado Geral de Portugal em Lyon.
- Geddes, A. (2005). *The Politics of Migration and Immigration in Europe*. London: Sage Publications.
- Ghemmaz, M. (2005). Vote sans frontières: Urnes européennes cherchent désespérément électeurs de nationalité portugaise. *LATITUDES*(24).
- Ghemmaz, M. (2008). Des Portugais en Europe du Nord – Un Comparaison France, Belgique, Luxembourg. Contribution à une Sociologie Électorale de la Citoyenneté de L'Union Européenne. (Doutoramento), Université de Lille II, Lille. Retrieved from http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/30/05/60/PDF/ghemmazm_08.pdf
- Hamel, C., & Moisy, M. (2013). Immigrés et descendants d'immigrés face à la santé. Working Papers from Institut National d'Études Démographiques (INED)(190).
- Hamilton, K., Simon, P., & Veniard, C. (2004, Tachwedd 1). The challenge of French Diversity. *The Online Journal of the Migration Policy Institute*. Washington, DC. Gwelyd gan www.migrationpolicy.org/article/challenge-french-diversity
- Héran, F., & Pison, G. (2007). Deux enfants par femme dans la France de 2006: la faute aux immigrées ? *Population & Sociétés, Mars 2007*(432), 1–4.

- Hily, M.-A., & Oriol, M. (1993). Deuxième génération portugaise: la gestion des ressources identitaires. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 9(3), 81-92.
- Hily, M.-A., & Poinard, M. (1985). Fonctions et enjeux du mouvement associatif portugais en France. *Revue européenne de migrations internationales*, 1(1), 25-35.
- Jelen, B. (2007). *Immigrant In/ Visibility: Portuguese and North Africans in Post-Colonial France*. (Doutoramento), University of California, Irvine.
- Koven, M. (2013). Speaking French in Portugal: An analysis of contested models of emigrant personhood in narratives about return migration and language use. *Journal of Sociolinguistics*, 17(3), 324–354.
- Leal, J., & Frias, A. (2003). Deuxième génération: visibilité et invisibilité. *Recherches en anthropologie au Portugal*(9), 161-174.
- Leandro, M. E. (1990). *Les jeunes issus de l'immigration portugaise dans l'agglomération parisienne: un carrefour socio-culturel, rapport de recherche*. Braga: Universidade do Minho.
- Leandro, M. E. (1993). Portugueses na região parisiense: reivindicação dos laços sociais. Paper presented at the *Emigração/imigração em Portugal*. Congresso Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX, Lisboa.
- Leandro, M. E. (1998). Jeunes portugais de l'agglomération parisienne: continuités et ruptures. In AA.VV. (Ed.), *Présence portugaise en France* (pp. 205-227). Lisboa: Universidade Aberta.
- Leandro, M. E. (2003). Les nouvelles «générations sociales» de jeunes Portugais en Allemagne et en France. *Recherches en anthropologie en Portugal*(9), 61-77.
- Leandro, M. E., & Rodrigues, V. T. (2007). Da migração dos pais à escolarização dos filhos. O caso dos portugueses em França. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(1), 99-128.
- Lebon, A. (1989). L'immigration portugaise en France. Dossier statistique. *Hommes et Migrations*(1123), 7-21.
- Leite, C. (1998). *Eva, depois do paraíso: modos de habitar e identidade no percurso migratório*. (Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.
- Leite, C. (2003). *Eva depois do Paraíso: Trajectórias Residenciais na Emigração*. Paper presented at the *A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa*, Toronto.
- Lopes, I. C. (2002). Histoire et imaginaire des maisons des immigrés Portugais de France: une évolution des formes dans le temps. *Recherches en anthropologie au Portugal*(8), 59-81.
- Lopes, J. T. (2014). *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para França*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Lopes, J. T., & Teixeira, R. (2014). “Geração Europa?”: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França. *População e Sociedade*, 22, 97-119.
- Lopes, S. (1993). *Imigração e vida sindical: exame de um caso*. Paper presented at the *Emigração/imigração em Portugal*. Congresso Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX(Séc. XIX-XX), Lisboa.

- Magalhães, A. (2002). França. In M. I. Baganha, J. Ferrão & J. Malheiros (Eds.), *Os movimentos migratórios externos e sua incidência no mercado de trabalho em Portugal* (pp. 257-285). Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Magellan, C. (2009). *O Telegrama do Outro Lado do Rio. Histoire de l'Émigration Portugaise vue par la Deuxième et Troisième génération*. Paris: Cap Magellan.
- Margarido, A. (1999). Elogio do "Bidonville". *LATITUDES*(5), 14-21.
- Marques, J. C. (2008). *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Marques, J. C. (2009). 'E Continuam a Partir': As Migrações Portuguesas Contemporâneas. *Ler História*, 56, 27-44.
- Marques, J. C., Góis, P., Candeias, P., Ferreira, B., & Ferro, A. (2016). A Emigração Recente de Portugueses para França. In J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, & P. M. Madeira (Eds.), *Retorno ao Futuro: A nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 109-139). Lisboa: Gradiva.
- Martin, P., & Miller, M. (1980). Guestworkers: Lessons from Western Europe. *Industrial and Labor Relations Review*, Vol. 33(No. 3 (Apr., 1980)), 315-330.
- Martins, P. I. L. (2008). Le Portugais de Jeunes Luso-descendants en France. Quelques Remarques sur leur Maîtrise de la Compétence Orale. (Mestrado), Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://ria.ua.pt/handle/10773/2808>
- Muñoz, M.-C. (1999). Des Tos aux Luso-descendants, l'identité des enfants d'immigrés portugais revisitée. *Latitudes*(5), 7-8.
- Neto, F. (1984). *A Migração Portuguesa Viva e Representada. Contribuição para o Estudo dos Projectos Migratórios*. (Doutoramento em Psicologia), Universidade do Porto, Porto. Retrieved from http://sigarra.up.pt/fpceup/pt/publs_pesquisa.FormView?P_ID=1922
- Neto, F. (1985). *Jovens portugueses em França, aspectos da sua adaptação psico-social*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos.
- Neto, F. (1995). Predictors of Satisfaction with Life Among Second Generation Migrants. *Social Medicators Research*(35), 93-116.
- Neto, F. (1997). Gender stereotyping in Portuguese children living in Portugal and abroad: effects of migration, age and gender. *International Journal of Behavioral Development*, 20(2), 219-229.
- Neto, F. (1998). Projets migratoires et acculturation chez des jeunes d'origine portugaise en France. In M. B. R. Trindade & F. H. M. Raveau (Eds.), *Presence portugaise en France* (pp. 183-203). Universidade Aberta. Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais: Lisboa.
- Neto, F., & Gonçalves, R. A. (1985). Segunda geração portuguesa em França: problemas de adaptação escolar. *Jornal de Psicologia*, 4(2), 11-18.

- Neto, F., & Mullet, E. (1982). Résultats d'une enquête sur les conditions de vie des migrants Portugais. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 11(4), 335-368.
- Observatoire des Inégalités. (2014, Medi 9). La pauvreté progresse en France. Gwelwyd gan <http://www.inegalites.fr/spip.php?article270>
- ONPES. (2010). *Bilan de 10 ans d'observation de la Pauvreté et de l'Exclusion Sociale à l'heure de la Crise*. Observatoire National de la Pauvreté et de l'Exclusion Sociale. Gwelwyd gan http://www.onpes.gouv.fr/IMG/pdf/RapportONPES_2009-2010.pdf
- ONPES. (2014). Les effets d'une crise économique de longue durée: Le rapport 2013-2014 de l'ONPES. *La Lettre, Juillet 2014*(3). Gwelwyd gan http://www.onpes.gouv.fr/IMG/pdf/Lettre_ONPES_03_2014.pdf
- Pereira, V. (2010). Une passion portugaise. In C. Boli, Y. Gastaut & F. Grognet (Eds.), *Allez la France! Football et immigration, histoires croisées* (pp. 50-53). Paris: Gallimard/ Cité Nationale de l'Histoire de l'Immigration/ Musée National du Sport.
- Pereira, V. (2012). Os futebolistas invisíveis: os portugueses em França e o futebol. *Etnográfica*, 16(1), 97-115.
- Pingault, J.-B. (2004). Jeunes issus de l'immigration portugaise: affirmations identitaires dans les espaces politiques nationaux. *Le Mouvement Social*(209), 71-89.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta.
- Pison, G. (2009). France 2008: why are birth numbers still rising? *Population & Societies, March 2009* (454). Gwelwyd gan http://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/19122/pesa454.en.pdf
- Poinard, M. (1983a). Emigrantes portugaises: o regresso. *Análise Social*, XIX(75), 29-56.
- Poinard, M. (1983b). Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa. *Análise Social*, XIX(76), 261-296.
- Portela, J., & Nobre, S. (2001). Entre Pinela e Paris: emigração e regressos. *Análise Social*, XXXVI(161), 1105-1146.
- Prioux, F., & Barbieri, M. (2012). L'évolution démographique récente en France : une mortalité relativement faible aux grands âges. *Population*, 67(2012/4), 597-656.
- Rocha-Trindade, M. B. (1986). Longitudinalmente diferente ou discurso polémico de luso-descendentes. *Análise Social*, XII(92-93), 609-618.
- Ruivo, J. R. (2001). Portugais et population d'origine portugaise en France: l'Harmattan.
- Santo, I. E. (2013). La mobilité des travailleurs portugais dans le contexte de l'Union Européenne. (Doutoramento).
- Santos, A. T. d. (1992). Le phénomène du retour et de la réintégration des immigrés portugais de France dans la ville de São João da Madeira: enquête. (Mestrado), Université de Haute-Bretagne.

- Santos, I. S. d. (2003). Discours d'appartenance, pratiques d'inscriptions sociales et territoriales: des descendants de migrants portugais de France. *Recherches en Anthropologie au Portugal*, 9(9), 23-35.
- Santos, I. S. d. (2005a). Being a part of several "worlds": sense of belonging and wedding rites among franco-portuguese youth. *Narodna Umjetnost. Croatian Journal of Ethnology and Folklore Research*, 42(1), 25-45.
- Santos, I. S. d. (2005b). Des lusodescendants dans les sociétés française et portugaise: mémoires de la migration et appartenances enchevêtrées. *Recherches en anthropologie au Portugal*(8), 17-38.
- Santos, I. S. d. (2005c). Entre mémoire institutionnelle et mémoire personnelle : quelle mémoire partagée de la migration portugaise en France ? *Diasporas (Histoire et Sociétés)*(6), 84-95.
- Santos, I. S. d. (2007). Les Luso-descendants: une nouvelle première génération d'émigrants? *Agora débats/jeunesse. Special Issue Jeunes générations en Europe : regards croisés Est-Ouest*, 44-54.
- Santos, I. S. d. (2010). Les 'brumes de la mémoire' : expérience migratoire et quête identitaire de descendants de migrants portugais de France [As 'brumas da memória' : experiência migratória e construção identitária de descendentes de migrantes portuguesas em França]. Paris.
- Santos, I. S. d., & Silva, E. C. d. (2009). A mesma juventude noutra latitude' : lusodescendentes do Brasil e da França frente ao projeto nacional das 'comunidades portuguesas. In D. Melo & E. C. d. Silva (Eds.), *Construção da nação e associativismo na emigração portuguesa* (pp. 125-178). Lisboa: ICS.
- Santos, M. D. d., & Wolff, F.-C. (2010). Pourquoi les immigrés portugais veulent-ils tant retourner au pays? *Économie et Prévision*(195-196), 1-14.
- Sardinha, J. (2010). Integration, Identity and Gender: Portuguese-Canadian and Portuguese-French second-generation emigrant women narrate 'return' to Portugal. *CREMI Working Paper*(1/10).
- Sardinha, J. (2011). Portuguese-Canadian and Portuguese-French second-generation migrant women narrate 'return' to Portugal. *ex æquo*(24), 29-43.
- Silva, J. M. B. d. (2000). La fête des portugais: héritage et invention. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 16(2), 59-76.
- Silva, R. F. M. d. (1991). Dois casos exemplificativos da emigração portuguesa desde 1966 à actualidade. *Revista da Faculdade de Letras do Porto – Geografia*, VII(I), 5-39.
- Silvano, F. (1990). L'emigration en tant que processus de déplacement et de recomposition de l'habitat. *Sociedade e Território, número especial: Enjeux et transformations du territoire*, 53-56.

- Silvano, F. (1997). Vidas em trânsito. *Ethnologia*, 6(8), 163-174.
- Silvano, F. (2002). José e Jacinta nem sempre vivem nos mesmos lugares: reflexões em torno de uma experiência de etnografia multi-situada. *Ethnologia*, 12(14), 53-79.
- Silvano, F. (2004). L'hospitalité est un moment d'interaction culturelle. *Espacio y hospitalidad*, KHÔRA, II(3), 19-26.
- Silvano, F. (2005). Ir à terra: mobilidade transnacional e construção de sedentariiedades imaginadas. In C. Balsa (Ed.), *Relações Sociais de Espaço, Homenagem a Jean Remy*. Lisboa: Colibri.
- Silvano, F. (2008). José et Jacinta ne vivent pas toujours dans les mêmes lieux: négociations identitaires dans un contexte de tension entre mobilité et ancrage. Paper presented at the Congrès de l' Association de Sociologues de Langue Française, Istanbul.
<http://dspace.fct.unl.pt/bitstream/10362/3594/1/IstanbulPDF.pdf>
- Sordia, C. (2009). Saudades do regresso. Le retour dans le parcours migratoire des Portugais de France. (Mestrado em Relações Internacionais), Center for International Studies and Research (CERI/CNRS), Paris. Retrieved from
http://www.sudexpress.org/Mediatheque/Bibliotheque/Fichiers/Saudades_do_regresso.pdf
- Strudel, S. (2004). La participation des Portugais aux élections européennes et municipales en France. *Cahiers de l'URMIS*(9), 69-76.
- Tavan, C. (2005). Les immigrés en France: une situation qui évolue. *Insee Première*(1042).
- Torrado, M. H. (2012). Os Descendentes de Emigrantes Portugueses em França – O Reencontro com as suas Raízes. (Mestrado), Universidade Aberta. Retrieved from
<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2144/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Villanova, R. d. (1985). La langue du retour ou le retour de la langue: les pratiques familiales d'alternance linguistique dans la famille portugaise émigrée en France. In AA.VV. (Ed.), *Génération issues de l'immigration : mémoires et devenirs* (pp. 169-179).
- Villanova, R. d. (2004). L'alternance résidentielle des immigrés portugais : investissements matériels et symboliques dans un système d'habitat interculturel. Paper presented at the Atelier mobilité et résidence, Nogent-Sur-Marne.
<http://www.ceped.org/cdrom/mobilite/html/altern.html>
- Villanova, R. d. (2006). 'Double residence': a space for intergenerational relations. Portuguese immigrants in France in the twentieth and twenty-first centuries. *Portuguese Studies Review*(142), 241-261.
- Volovitch-Tavares, M.-C. (2009). Les incertitudes et les contradictions d'une «bonne intégration»: Les immigrants catholiques portugais en France, des années soixante aux années quatre-vingt. *Cahiers de la Méditerranée*(78), 158-176.
- VoxPopuli. (2010). Estudo das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro: Vox Populi.

- Zappi, S. (2003, Hydref 1). *The Online Journal of the Migration Policy Institute*. Washington, DC.
Gwelwyd gan <http://www.migrationpolicy.org/article/french-government-revives-assimilation-policy>
- Zonabend, F., Henriette, A., & Anibal, F. (2003). Lusodescendance: représentations, pratiques et enjeux. *Recherches en anthropologie au Portugal*(9), 91-101.



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o CIES-IUL, o Centro de Estudos Geográficos (CEG), da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia (IS-UP), da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS), da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Country Reports, 5
Título	França
Autores	José Carlos Marques, Pedro Gois, Pedro Candeias e Bárbara Ferreira
Editor	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
Data	Outubro de 2019
ISSN	2183-8291
DOI	10.15847/CIESOEMCR052019
URI	http://hdl.handle.net/10071/18902

Como citar Marques, José Carlos, Pedro Gois, Pedro Candeias e Bárbara Ferreira (2019), "França", OEm Country Reports, 5, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DOI: 10.15847/CIESOEMCR052019

www.observatorioemigracao.pt



Parceiros



Centro de Estudos Geográficos
IGOT - UNIVERSIDADE DE LISBOA



Apoios



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



COMUNIDADES
PORTUGUESAS